

CADERNOS DE ESTUDOS DE SERVIÇO SOCIAL



Trajetos e Trajetórias

LICENCIATURA EM SERVIÇO SOCIAL - número 1 - 2014

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO DE LAMEGO - INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU

Nota Editorial 3

Sandra Antunes

EM SOCIOLOGIA DA FAMÍLIA

1. A centralidade das famílias em Portugal e na China 4

Alice Campinho, Cristina Marques Luís, Jéssica Ferreira

2. Famílias homossexuais 15

Cátia Carmo, Joana Teixeira, Sílvia Silva

3. Relações intergeracionais 28

Cátia Sousa, Inês Garcia, Maria Silva, Rita Ferreira

EM LABORATÓRIO DE OBSERVAÇÃO SOCIAL

4. Álcool e negligência infantil 38

Joana Ferreira, Judite Silva, Susana Santos

5. A atuação do Serviço Social no Autismo 59

Ana Rodrigues, Analiza Baía, Cristina Cruz, Daniela Chaves, Sarah Gama

EM ÉTICA E DEONTOLOGIA

6. Solidariedade: evolução e ação 72

Ana Santos, Hugo Lopes, Mauro Oliveira

CADERNOS DE ESTUDOS DE SERVIÇO SOCIAL, Número 1, 2014

Esta publicação é da responsabilidade do ciclo de estudos de Licenciatura em Serviço Social da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego do Instituto Politécnico de Viseu.

EQUIPA EDITORIAL Sandra Antunes | Anabela Guedes | Paula Santos | Pedro Duarte | Nídia Menezes

DESIGN Sandra Antunes | **REVISÃO DE TEXTO** Sandra Antunes | Anabela Guedes | **IMAGEM DA CAPA**

©<http://www.impulsotic.org> | ISBN 978-989-97258-2-9

cadess.estgl@gmail.com

Nota Editorial

Sendo a produção e conseqüente divulgação de conhecimento científico uma componente fundamental da missão consignada ao ensino superior afigura-se-nos natural o envolvimento dos estudantes em atividades de investigação propostas no decurso da sua formação, com particular ênfase em domínios científicos e disciplinares relacionados com os contextos, as problemáticas e as populações junto das quais desenvolverão futuramente a sua atividade profissional. A publicação deste Caderno de Estudos, de periodicidade anual, pretende, assim, cumprir o desígnio de dar a conhecer alguns dos trabalhos realizados por discentes e docentes no âmbito das várias unidades curriculares que compõem o percurso formativo do ciclo de estudos de Serviço Social da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, do Instituto Politécnico de Viseu.

No alinhamento das diversas áreas curriculares em que se alicerça o perfil formativo dos futuros assistentes sociais, foram selecionados, para publicação neste primeiro número, artigos que resultam de trabalhos de investigação dos estudantes, conduzidos: sob o enfoque da Sociologia da Família em articulação com a unidade de Análise de Dados em Ciências Sociais, de que são exemplo os três primeiros artigos; em contextos propostos como Laboratório de Observação Social, casos dos artigos quarto e quinto; ou segundo uma perspetiva mais reflexiva e crítica, potenciada pela unidade de Ética e Deontologia Profissional, lente adotada pelo último artigo deste número.

Mais do que ilustrativos de algumas das competências que os estudantes, progressivamente, adquirem, os artigos que agora se divulgam percorrem temáticas centrais nas sociedades contemporâneas, nas mesmas em que nos situamos e agimos como membros de uma família, educadores, cidadãos e agentes dotados de reflexividade crítica e, em simultâneo, de uma capacidade de ação potencialmente transformadora.

As leituras que propomos neste primeiro número são, ainda, exemplo do produto apenas alcançável por via da articulação entre a teoria e a *praxis*, refletindo, na sua maioria, sobre informações e dados recolhidos junto de instituições, assistentes sociais e populações que aquiesceram em colaborar connosco, emprestando o seu tempo e o seu local de trabalho à produção de conhecimento válido e significativo sobre a complexa realidade social que nos rodeia. Esta publicação, e em particular este número, corporiza-se, também por isso, na forma que encontramos de agradecer a sua disponibilidade e participação no ambiente de aprendizagem colaborativa que, ano após ano, nos têm auxiliado a edificar. O nosso sincero bem hajam!

Boas leituras.

Sandra Maria Gouveia Antunes

1. A centralidade das famílias em Portugal e na China

Alice Campinho, Cristina Marques Luís, Jéssica Ferreira¹

RESUMO: A família é, e será sempre, um grupo social fundamental na sociedade, independentemente da cultura que consideremos. Neste artigo realiza-se uma análise comparativa sumária dos valores familiares presentes nas culturas portuguesa e chinesa, no respeitante: à relação entre o indivíduo e a família; aos valores presentes no casamento; ao apoio intergeracional; à estrutura e dinâmicas intrafamiliares. Os objetivos que nortearam a elaboração do presente artigo foram os de aprofundar conhecimento sobre as características das famílias portuguesas e chinesas, enfatizando os elementos que partilham em comum e as diferenças que prevalecem, nas famílias destas sociedades. Procurou-se, em paralelo, identificar algumas tendências de mudança nos vários tipos de família, valores, costumes, ritos e rituais e estrutura familiar. Para tal, foi utilizado um inquérito por questionário aplicado a famílias chinesas e a famílias portuguesas. Com a realização do questionário pudemos perceber o valor de que a família se reveste para as duas culturas.

Palavras-chave: Família, Valores familiares, Costumes, Ritos e rituais, Estrutura e dinâmica familiar.

INTRODUÇÃO

O conceito de família não é desconhecido para ninguém, pois esta instituição social é universal e, embora tenha sofrido muitas alterações ao longo dos tempos devidas ao desenvolvimento das sociedades, continua a ser detentora de um valor fundamental no meio social e a constituir-se em um ponto de apoio básico para os vários indivíduos que a integram. A relação entre o indivíduo e a família, os valores do casamento, o apoio intergeracional entre pais e filhos, a estrutura e dinâmicas intrafamiliares, entre muitos outros elementos constituintes da família variam de sociedade para sociedade e ao longo das épocas.

Para a realização deste estudo, foi feita uma pesquisa bibliográfica através do Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP), identificando-se alguns artigos tematicamente associados em conjunto com outros estudos encontrados na internet. Depois de toda a pesquisa bibliográfica passou-se a um outro momento que consistiu em recolher dados através de um questionário conduzido junto de famílias chinesas e

¹ Discentes do 2º ano, regime Pós-laboral

portuguesas. Posteriormente, passou-se à análise dos dados recolhidos e procurou-se estabelecer uma comparação entre a família chinesa e a portuguesa.

Vejamos em que consistem os valores familiares, entendidos como o que é considerado desejável no que respeita às relações familiares e tendo a função de permitir avaliar o que está certo e o que é errado, e regular a forma como os vários membros se devem comportar no seio familiar. É a família que ensina os primeiros valores, valores que sustentam a vida em sociedade e que nos acompanham ao longo da vida. Estes valores formam-se a partir de padrões sociais, critérios morais e fontes culturais. Nas duas sociedades que tomámos para análise, as raízes culturais divergem em associação com o desenvolvimento social, existindo, por conseguinte, diferenças nos valores familiares. Relativamente aos valores do casamento, as famílias orientais são muito mais conservadoras que as ocidentais, embora estes valores estejam cada vez mais próximos dos valores do ocidente.

Nas tradições, ritos, rituais e costumes, as culturas portuguesa e chinesa têm pontos em comum, como por exemplo no culto de orar pelos seus mortos. As comparações dos valores familiares fornecem-nos ferramentas úteis para compreendermos melhor a sociedade e a cultura de cada um dos povos.

O trabalho de campo que realizámos recaiu na realização de um inquérito por questionário a famílias chinesas e a famílias portuguesas, visando uma melhor compreensão da importância da família nas duas sociedades.

FAMÍLIA E FAMÍLIAS

Segundo a Sociologia, a família não é mais do que um conjunto de pessoas que partilham laços de parentesco, isto é, vínculos de afinidade, como acontece com os casais, e vínculos de consanguinidade que decorrem, em princípio, da união desse mesmo casal.

Sob o termo família existem várias formas de famílias que diferem umas das outras, ainda que nunca se desligando da sua essência. Assim, essas mesmas formas são: a Família nuclear, que compreende apenas pais e filhos; a Família extensa, uma versão mais alargada, introduzindo, para além dos filhos e do casal, também os tios, os primos e os avós; a Família recomposta, que se caracteriza por uma ou ambas as partes da família já terem advindo de uma outra família anterior, ou seja um(a) viúvo(a), ou separado(a) que construiu uma outra

família antes daquela a que pertence no momento; a Família monoparental, que inclui apenas um único pai/mãe. Estas diferentes formas de família diferem de sociedade para sociedade, da mesma forma que a sua aceitação (da sociedade) é variável perante estas (Costa, s.d.).

A conceção de família, ao longo do tempo, também se foi modificando. Por exemplo, há décadas atrás era impensável, em determinadas sociedades, um casal com filhos, divorciar-se e formar uma nova família com outra pessoa. Este exemplo que expomos é, hoje em dia, tão comum que tem levado a amplas e novas configurações familiares (Costa, s.d.).

Há uns anos atrás, a família teria de ser constituída por um contrato de casamento, o matrimónio, bem como pelos filhos dessa mesma relação. O termo família também é muitas vezes associado à convivência em comum, organizada por determinadas regras e normas de funcionamento (Costa, s.d.).

Com o passar do tempo, a instituição família foi-se modificando, originando-se novos tipos de família, como as monoparentais, as homoparentais e as famílias clássicas (Costa, s.d.). Por conseguinte, torna-se imperativo dizer que uma família, para ser considerada família, não necessita de incluir filhos da relação, bastando o casal ser unido por união de facto, podendo não ser formado com base no casamento por contrato religioso, a qual conta com direitos e obrigações de ambas as partes, como todo o grupo social (Costa, s.d.).

A realidade mostra-nos que o grupo doméstico é bastante diverso, de sociedade para sociedade, de uma região para outra e ao longo das épocas. Não obstante, patenteia sempre dois pontos comuns: independentemente da sua dimensão e estrutura, é o lugar onde, pelo menos aparentemente, se tecem os laços mais intensos entre os sexos e as gerações; é formado por um grupo de pessoas que, para o melhor e para o pior, partilham o mesmo espaço de vida (Antunes, 2013).

FAMÍLIA CHINESA

Na China, a família é o centro da vida social, competindo aos pais a transmissão de normas e valores aos seus filhos e, essencialmente, a preservação da propriedade familiar. As famílias chinesas são muito numerosas, sendo comum encontrarem-se na mesma casa cerca de quatro gerações, ou seja, pai, mãe, filhos, avós, netos, tios, ... (*Assim se faz*, s.d.).

A sociedade Chinesa sempre deu muita importância à educação. As meninas eram educadas para as tarefas do lar, como bordar e costurar, enquanto os meninos eram preparados para o cargo de funcionário real, uma vez que eram os futuros chefes de família e daí receberem um tratamento distinto das meninas (*Assim se faz*, s.d.).

Estruturas e dinâmicas intrafamiliares chinesas

Na China, a família e a sua hierarquia são extremamente importantes, segundo um sistema filosófico chinês.

Em todas as famílias existe uma pessoa que é responsável por outra, ou seja, existe uma relação de hierarquia. Essas relações podem ser de pai para filho, de mulher para marido, ou de uma pessoa mais velha para uma pessoa mais nova. Nesta hierarquia, as pessoas ocupam, cada uma, a sua posição, o que implica responsabilidades e obrigações. Esta também tem de ter alguém que manda e alguém que obedece. O bom nome da família deve ser preservado pelos e através dos homens, sendo as mulheres desvalorizadas por não poderem prolongar a sua hierarquia (*Só História*, 2009).

Na família chinesa também existe uma hierarquia entre irmãos, em que o irmão mais velho é responsável pelos outros, e se o patriarca morrer compete ao filho mais velho chefiar a sua família, incluindo a sua mãe (*Só História*, 2009). Nesta hierarquia é importante salientar que todas as decisões devem ser tomadas pelo líder, ou seja, a pessoa mais velha e mais respeitada da família, logo é impensável que qualquer decisão seja tomada individualmente (*Só História*, 2009).

Valores familiares

Ao conhecermos os valores familiares de outros países, entendemos e compreendemos melhor a sua cultura e a sua sociedade. Na China, por exemplo, não se institucionalizam os idosos, sendo essa conduta vista como contrária ao amor e piedade filiais. Os valores familiares são uma das componentes mais relevantes da sociedade chinesa (Yiran, 2012).

No passado, a agricultura era uma parte muito importante na economia do país, apesar da fraca produtividade, pois cada família era uma pequena instituição social, ou seja, a família era uma unidade administrativa básica na sociedade, sendo estabelecidas rigorosas

hierarquias dentro do seio familiar, tendo como objetivo consolidar a hierarquia social e a governação do país (Yiran, 2012).

Os interesses da família tinham de estar acima dos interesses individuais. O chefe da família era por norma o homem mais idoso do núcleo familiar, garantindo a integridade familiar. As mulheres deviam obediência absoluta ao chefe. Era inculcado aos filhos que honrassem sua família e que não a envergonhassem, pois se, por algum motivo, estes ou outros elementos da família cometessem um crime, a condenação recairia sobre todos os elementos do agregado familiar.

Ao longo dos tempos perderam-se alguns valores sociais e os seus fundamentos e relativizou-se a força da relação entre o indivíduo e a família (Yiran, 2012).

No antigo sistema familiar chinês, não existia igualdade de género, uma vez que tudo era baseado no culto aos antepassados e a mulher, por não ter capacidade de exercer esse mesmo culto, não tinha qualquer valor, decorrendo, daí, a sua exclusão da sucessão familiar e a exclusão do direito à herança dos bens da família (Emílio & Silva, 2012).

Devido ao pouco valor da mulher, havia a necessidade de existir um descendente varão para garantir o culto aos antepassados, por isso permitiam, na lei antiga, que se praticasse o concubinato. Já na lei moderna, o culto aos antepassados por esta via deixou de ser legalmente aceitável (Emílio & Silva, 2012). Em suma, nos dias de hoje, o homem e a mulher estão legalmente equiparados no casamento, na herança e no exercício profissional, entre outros, pois as mulheres chinesas acompanham as mulheres americanas e europeias, imitando-as nos seus comportamentos sociais.

No presente, a influência familiar já não está tão patente na vida dos indivíduos, dado que a origem familiar não determina o estatuto social, havendo mais igualdade no seio familiar. Ainda assim, a família continua a representar um papel determinante na vida das pessoas.

Nos dias de hoje, uma mãe pode e continua a contar com a sua família para a ajudar a cuidar das crianças.

Os chineses ainda associam o sucesso individual à sua família. Para estes, as reuniões familiares são de extrema importância, como por exemplo no ano novo chinês, na festa das lanternas, no dia dos mortos, entre outros (Yiran, 2012).

Casamento

No casamento chinês, as filhas recebem da sua família, antes de se casarem, um dote de casamento, que é denominado por *tai-kei* ou *si-kei*. Este ritual é realizado sob o regime de separação de bens, uma vez que o que conta é a família, não sendo dada oportunidade ao individualismo (Emílio & Silva, 2012).

O mesmo se verifica com o contrato de casamento, em que, na atualidade, a união de dois indivíduos de sexos diferentes ocorre por acordo entre eles, ou seja as formações dos casais e, posteriormente, o casamento, são feitos de forma voluntária por ambos os indivíduos. Nos dias de hoje, o divórcio é aceite e a mulher tem direito a uma parte igual à do homem (Emílio & Silva, 2012).

Morte e Luto

A maior virtude de uma mulher Chinesa casada é a fidelidade, o mesmo acontecendo em caso de viuvez. No entanto, a mulher viúva não está proibida de voltar a casar novamente, havendo muitas que o fazem por questões económicas (*Assim Se faz*, s.d.). É preciso perceber que as mulheres chinesas não herdam qualquer parte do património aquando da morte de algum membro familiar. Por esta razão, quando a morte é a do seu marido, a mulher fica dependente, ou seja, fica a cargo do filho mais velho. Caso não haja filhos na relação, o marido encarrega-se de atribuir o seu património a algum dos filhos dos seus irmãos, adotando-o, para assim garantir o sustento da viúva bem como o pagamento das despesas com as cerimónias fúnebres (Emílio & Silva, 2012).

Esse filho adotado terá de se desligar da sua família biológica e considerar os seus pais adotivos como pais legítimos, preferindo todos os familiares dos seus pais adotivos e o culto dos antepassados desta mesma família. O filho deve, ainda, amor aos pais que o adotaram (“piedade filial”), sendo que aquando da morte do pai, o filho terá de tomar luto carregado, ou seja, toda a sua indumentária deverá ser preta, enquanto para o seu pai biológico deve adotar luto aliviado, podendo usar roupa preta que tolera tons cinzentos e brancos (Emílio & Silva, 2012).

A sucessão do direito de herança apenas por consanguinidade de varonia masculina também findou, como os anteriores direitos, sendo que os filhos e as filhas, atualmente, são tratados

de igual forma na repartição da herança, recebendo todos a sua parte de forma igualitária (Emílio & Silva, 2012).

METODOLOGIA

As fases percorridas para este estudo desenrolaram-se em três momentos: no primeiro momento pretendeu-se obter mais informação acerca do objeto de estudo, tendo-se realizado pesquisa bibliográfica; o segundo momento recaiu na realização de um inquérito por questionário destinado à recolha de dados; por fim, o terceiro momento foi dedicado à análise e discussão dos dados recolhidos.

O inquérito por questionário é uma técnica de investigação com questões apresentadas por escrito às pessoas. Este foi dirigido às famílias chinesas e portuguesas da cidade de Lamego, do concelho de Penalva do Castelo e freguesia de Balasar, Póvoa de Varzim.

Neste questionário estiveram presentes dois tipos de perguntas: dicotómicas, com apenas duas possibilidades de resposta; e de escolha múltipla, onde se apresentou ao interrogado um número limitado de respostas possíveis.

O inquérito ficou composto por catorze perguntas. A primeira pergunta refere-se ao género; a segunda pergunta à idade; a terceira refere-se ao estado civil; a quarta pergunta pede a opinião em relação à importância da família; a quinta aponta para a importância do casamento; a sexta questão questiona sobre a aceitabilidade da união de facto nas duas culturas em análise; a sétima pergunta pede a opinião sobre a idade ideal para o primeiro casamento; a oitava pergunta questiona sobre a existência de pressão por parte da família para efetuar o casamento; as restantes questões remetem para a realidade do casamento, onde se pretende perceber como as pessoas veem o casamento na sociedade onde estão inseridas, e qual o papel de cada um dos membros da família.

O tipo de amostra usada foi de tipo não probabilístico ou não representativo, sendo uma amostra pensada, dada a existência de uma população/universo muito reduzida e pouco disponível para participar no estudo, tendo a amostra ficado restringida a certas partes do universo escolhidas pelo grupo em função da sua importância teórica e da sua disponibilidade. A dimensão da amostra ficou limitada a dez questionários, os que foi possível realizar.

A análise dos questionários foi realizada com o programa *IBM SPSS Statistics*, na sua versão 21.0.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Em termos de caracterização, a nossa amostra ficou composta por igual número de homens e mulheres, com uma média de idades de 32,22 anos, predominando o estado civil casado. Seguindo a ordem do inquérito, a quarta pergunta colocada era relativa à importância da instituição família, tendo 60% dos inquiridos chineses considerado a instituição família “pouco importante”, enquanto 80% dos inquiridos portugueses a consideraram “muito importante”. No que concerne ao grau de importância do casamento, os inquiridos chineses consideram o casamento “muito importante” (100%), ao passo que 80% dos inquiridos portugueses considerou o casamento como “importante”. A união de facto na família chinesa é considerada “pouco aceitável”, com uma percentagem de 80% de respostas, enquanto 80% dos inquiridos portugueses a consideraram como “aceitável, mas não pode substituir o casamento” na família portuguesa.

Para ambos os grupos de inquiridos, a idade ideal para entrar no casamento é entre os 20 e os 30 anos, não considerando que na atualidade exista pressão por parte da família para a sua celebração (100%). Na apreciação da influência exercida pela família para a escolha de companheiro(a), os respondentes chineses (80%) consideram a opinião dos pais como “nada importante”, ao passo que os inquiridos portugueses a consideraram como “importante”.

Os inquiridos chineses consideram (100%) que o estatuto social não influencia o número de filhos de um casal, tendo os inquiridos portugueses igual opinião, ainda que em percentagem menos expressiva (60%).

Relativamente ao divórcio, os respondentes chineses consideram que “o divórcio deve ser levado a sério, porque o mesmo pode ter um grande impacto na vida dos casais” e que “é um direito e uma liberdade pessoal”. Já os respondentes portugueses elegeram mais opções para se referirem ao divórcio: “O divórcio deve ser a última solução dos casais”; “O divórcio deve ser levado a sério, porque o mesmo pode ter um grande impacto na vida dos casais”; “Se tiverem filhos, o divórcio não se deve realizar”; por fim, “O divórcio é um direito e uma liberdade pessoal”.

Na pergunta relativa à participação no mercado de trabalho pelos dois cônjuges, ambos os grupos de respondentes consideram que “ambos devem trabalhar fora de casa” (100%). Enquanto no que diz respeito à divisão de tarefas domésticas, 80% dos inquiridos chineses consideram que as tarefas domésticas “devem ser feitas pela mulher”, enquanto os inquiridos portugueses consideram que a partilha das tarefas domésticas “deve ser igualitária” (100%).

Na última pergunta foi possível verificar a forma como os inquiridos se posicionam diante do envelhecimento dos seus progenitores, tendo-se verificado que o grupo de respondentes chineses considera importante que pais e filhos “morem juntos para poder cuidar deles” (100%), sendo também esta a orientação da resposta do grupo de inquiridos portugueses, ainda que com menor expressão (60%).

Para perceber se o sexo dos inquiridos afeta a orientação da resposta dada decidimos realizar cruzamentos entre a variável sexo e algumas outras variáveis como: a “importância da família”; a “importância do casamento”; “como é vista a união de facto”; “a divisão do trabalho profissional”; “a divisão do trabalho doméstico”; qual “a visão face ao envelhecimento”. Mediante os resultados obtidos podemos concluir: que a importância atribuída à família é a mesma, para homens e mulheres; que o casamento é “muito importante” para 80% dos homens e para apenas 40% das mulheres e que são mais as mulheres que o consideram como importante (60%).

As perspetivas sobre a união de facto nas duas sociedades não são afetadas pelo sexo dos respondentes, o mesmo acontecendo relativamente à participação profissional de homens e mulheres que é vista da mesma forma por ambos os sexos, o mesmo já não acontecendo relativamente à realização das tarefas domésticas, em que os homens são mais defensores de que, essas, sejam realizadas pelas mulheres, enquanto elas são, naturalmente, mais favoráveis à sua partilha igualitária.

Por fim, nas posições diante do envelhecimento e dos idosos, os homens são mais defensores da ideia de partilhar a habitação com os mais idosos, enquanto se verificam mais mulheres do que homens a exprimir a opinião de que pais/idosos e filhos devem morar separados ainda que na mesma cidade para permitir a realização de visitas.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONCLUSÕES

O estudo que se conclui teve como principal propósito analisar de uma forma relativamente profunda e extensa, a diferença entre as Famílias chinesas e as Famílias portuguesas em relação à sua opinião sobre os valores e concepções a respeito da família.

Os resultados apurados parecem contradizer os conhecimentos colhidos a partir da pesquisa bibliográfica, visto que nesta verificámos que a família e a sua hierarquia são extremamente importantes para a família chinesa, na qual os interesses familiares são tidos como mais importantes do que os interesses individuais. Em contrapartida, os resultados obtidos mostram que, para os inquiridos, a família aparece como uma instituição “pouco importante”, o que longe de significar uma reduzida importância desta instituição na cultura chinesa, é interpretado por nós como resultado da eventual desvinculação afetiva dos chineses inquiridos, que já residem em Portugal há algum tempo. Na família portuguesa, a instituição família foi apreciada como “muito importante”, o que poderá ser consequência da separação cada vez mais tardia entre pais e filhos e da consequente maior dependência dos filhos em relação aos pais, fruto do contexto socioeconómico em que vivemos.

Relativamente ao casamento, os resultados obtidos com os questionários vão ao encontro da pesquisa bibliográfica realizada. Assim sendo, o casamento é tido como igualmente importante para chineses e portugueses, sendo realizado por consentimento mútuo e de livre vontade, isto é, sem intervenção direta das famílias.

No que concerne à participação no mercado de trabalho, os resultados apurados vão ao encontro da pesquisa bibliográfica, pois o papel do homem e da mulher na China estão atualmente equiparados, visto que este povo está a adotar comportamentos sociais semelhantes aos das sociedades ocidentais.

No que diz respeito às tarefas domésticas, os inquiridos chineses consideram que a execução de trabalhos domésticos deve ser exercida maioritariamente por mulheres. Contudo, a nossa pesquisa bibliográfica vem refutar esta mesma afirmação, uma vez que a cultura chinesa está a adotar procedimentos similares à cultura ocidental.

Quanto ao envelhecimento, todos os inquiridos de famílias chinesas dão muito valor aos seus familiares idosos, pois nesta cultura a institucionalização é como que uma ofensa ao ser humano, uma vez que os interesses familiares prevalecem sobre os interesses pessoais.

A família portuguesa está a começar a dar a devida importância à igualdade de género, tanto a nível social como doméstico, transpondo-se esse facto para a vida em sociedade, circunstância que pôde ser confirmada nos resultados obtidos a este respeito.

Alcançados os objetivos a que nos havíamos proposto, considera-se que seria oportuna, para um futuro aprofundamento deste estudo, a realização de um estudo mais aprofundado com a utilização de uma amostra mais ampla, suscetível de favorecer a validade dos resultados alcançados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Antunes, S. (2013). *Caderno de apoio de Sociologia da Família*. Lamego: autor.
- Assim se faz* (s.d.). Consultado em 24 de outubro, 2013. Disponível em <http://www.assimsefaz.com.br/sabercomo/como-funciona-a-hierarquia-na-china>
- Costa, N. G. (s.d.). *Que conceito*. Consultado em 8 de novembro, 2013. Disponível em <http://queconceito.com.br/familia#ixzz2k4Mrpcv6>
- Emílio, A. & Silva, M. R. (2012). *Usos e Costumes dos chineses de Macau*. Consultado em 28 de outubro, 2013. Disponível em <http://oriente-adicta.blogspot.pt/2012/11/usos-e-costumes-chineses.html>
- Só História* (2009). Consultado em 24 de outubro, 2013. Disponível em <http://www.sohistoria.com.br/ef2/china/p2.php>
- Yiran, L. (2012). *Os Valores Familiares nos Contextos Português e Chinês na Atualidade: Um Estudo nas Pessoas da Faixa Etária de 20 a 35 Anos*. Dissertação de Mestrado em Estudos Interculturais Português/Chinês. Instituto de Letras e Ciências Humanas. Universidade do Minho. Braga.

2. Famílias homossexuais

Cátia Carmo, Joana Teixeira, Sílvia Silva²

RESUMO: O presente artigo pretende refletir sobre as dinâmicas que caracterizam e as questões que atravessam as famílias homossexuais na sociedade atual. O tema é de fundamental importância para compreender a homossexualidade. Este artigo científico tem como base teórica estudos realizados sobre a família homossexual, o seu casamento, as tensões ligadas à adoção e co-adoção e os estereótipos e representações sociais que ainda persistem em torno desta configuração familiar. O objetivo central deste artigo é o de situar a Família homossexual na estrutura social e compreender de forma mais aprofundada os elementos que a aproximam e dissociam das configurações familiares heterossexuais. Com a análise destes dados é possível perceber as implicações sociofamiliares da homossexualidade. Existem diversos tipos de apoios que serão aqui referidos. Para compreender a opinião da sociedade acerca da homossexualidade, realizou-se uma entrevista estruturada no município de Tabuaço. Os principais resultados indicam a persistência de muitos elementos de tensão na vivência e nas dinâmicas que atravessam estas famílias, fatores decorrentes das representações sociais estereotipadas construídas a seu respeito.

Palavras-chave: Família, Homossexualidade, Homofobia, Exclusão.

INTRODUÇÃO

Este artigo procura dar resposta ao seguinte problema: Que representações sociais prevalecem na sociedade portuguesa da atualidade a respeito das famílias homossexuais?

Os principais objetivos deste artigo são os de: situar a Família Homossexual no contexto social da atualidade; comparar a sua posição e as representações sociais existentes em seu torno com as das demais configurações familiares atualmente existentes; identificar as diferenças preponderantes relativamente ao casamento heterossexual e ao regime legal que regula o casamento heterossexual; identificar apoios e instituições sociais que asseguram a defesa dos direitos destas famílias.

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica para responder ao problema apresentado, tendo-se procurado definir adequadamente os conceitos abrangidos pelas questões que permeiam o presente estudo.

² Discentes do 2º ano, regime Pós-laboral.

O grupo interessou-se pelo tema apresentado devido ao facto de este ser um tema atual e que suscita relativa curiosidade na sociedade, a par de uma considerável estereotipização e, em alguns casos, discriminação social. Consideramos de imensa importância, enquanto futuras assistentes sociais, estudar a família homossexual, visto que independentemente da orientação sexual dos indivíduos, à luz das definições mais contemporâneas de família, estes constituem-se em família, em algumas sociedades legalmente reconhecida, sendo necessário entender as dinâmicas e os papéis que as caracterizam, aproximando e distinguindo as famílias homossexuais das famílias heterossexuais.

Depois de toda a pesquisa bibliográfica, passou-se a um segundo momento, para obtermos resposta ao nosso problema, que se concretizou com a realização de uma entrevista estruturada para recolha de dados acerca do tema, que foi aplicada a noventa e oito habitantes do município de Tabuaço.

DEFINIÇÃO DE FAMÍLIA

A definição de família aparece pela primeira vez no dicionário de Rechelet, em 1640, em França. Dada a multiplicação das suas estruturas, modos de organizações e representações, a família tornou-se num conceito polissémico e ambíguo que urge definir em termos gerais: o conceito de família remete-nos para um conjunto de pessoas que têm um grau de parentesco entre si e que coabitam, geralmente, no mesmo lar. (Antunes, 2013).

Considera-se que a família tradicional é aquela que é formada pelo pai/mãe, estando estes unidos pelo matrimónio, ou em união de facto, com um ou mais filhos (*Significado de Família*, s.d.). Giddens (2004, cit. por Antunes, 2013) propõe-nos uma definição um pouco mais completa, afirmando que:

Uma família é um grupo de pessoas unidas diretamente por laços de parentesco, no qual os adultos assumem a responsabilidade de cuidar das crianças. Os laços de parentesco são relações entre indivíduos estabelecidas através do casamento ou por meio de linhas de descendência que ligam familiares consanguíneos (mães, pais, filhos, filhas, avós, etc.). O casamento pode ser definido como uma união sexual entre dois indivíduos adultos, reconhecida e aprovada socialmente. Quando duas pessoas se casam, tornam-se parentes; Contudo, o casamento une também um número mais vasto de pessoas que se tornam parentes. Pais, irmãos e outros familiares de sangue tornam-se parentes do outro cônjuge do casamento (p.175).

DEFINIÇÃO DE HOMOSSEXUALIDADE

A homossexualidade é definida como a atração sexual, emocional e afetiva entre pessoas do mesmo género. O homossexual é alguém que, sabendo pertencer a um sexo, procura outra pessoa do mesmo sexo que o seu (Cordeiro, 2004).

Cada indivíduo tem a sua própria definição do que é a homossexualidade, ou seja, se encontra correspondência na mera apreciação do grau de beleza de alguém ou se requer a afirmação pública da sua preferência sexual. Podemos, assim, dizer que a homossexualidade se caracteriza como uma expressão natural da sexualidade humana, que envolve afetos, sentimentos e emoções (Cordeiro, 2004).

CASAMENTO

As relações entre homens e mulheres homossexuais estão muito baseadas no contrato pessoal e na confiança mútua, pois a maior parte dos países ainda não aceita o casamento entre homossexuais. As relações homossexuais têm de ser construídas e ajustadas de uma forma distinta das uniões heterossexuais, pois os homens e as mulheres homossexuais estiveram durante muito tempo, e estão, ainda em alguns casos, excluídos do casamento, e também porque os papéis tradicionais não são facilmente aplicáveis aos casais do mesmo sexo (Antunes, 2013).

Na maioria dos países, sobretudo fora da Europa, não se reconhecem oficialmente estas uniões, ou seja, não se autoriza o casamento de pessoas do mesmo sexo. Deste modo, os casais homossexuais assumem livremente os compromissos inerentes ao casamento, sem, contudo, terem acesso aos direitos que são garantidos aos casais heterossexuais.

Em Portugal, o casamento entre cidadãos homossexuais passou a estar juridicamente consagrado desde 2010 (Antunes, 2013). Teresa e Helena protagonizaram o primeiro casamento homossexual em Portugal, a 7 de Julho de 2010 (Lusa, 2012).

Segundo o INE (Instituto Nacional de Estatística), os casamentos homossexuais estão a diminuir, tendo-se registado 580 uniões entre Junho de 2010 e Dezembro do ano passado, sendo a maioria dos noivos homens. Nos últimos sete meses de 2010, segundo o INE, realizaram-se 266 casamentos, tendo sido 177 entre homossexuais homens e 89 entre lésbicas. Pode dizer-se que em termos percentuais se tem vindo a verificar uma diminuição

de casamentos: se em 2010 se celebraram, em média, mais de um casamento por dia, em 2011 a média ficou-se por 0,8 casamentos diários (Lusa, 2012).

Em algumas regiões do país os casamentos entre homossexuais são residuais. Como por exemplo, no Alentejo, que é a região do país com menos casamentos registados, não tendo mesmo existido qualquer registo de uniões entre lésbicas no ano de 2011. A maioria dos homossexuais escolhe Lisboa para casar: em 2011, foi em Lisboa que se registaram 182 dos 324 casamentos celebrados no país, e em 2010, 138 dos 266 casamentos ocorridos entre pessoas do mesmo sexo (Lusa, 2012).

ADOÇÃO E CO-ADOÇÃO

A adoção é um processo gradual que leva a que uma pessoa, individualmente considerada, ou um casal, se tornem pai, mãe ou pais de uma ou mais crianças, permitindo concretizar o direito fundamental de crescer num ambiente familiar, em clima de felicidade, amor e compreensão (*Como adotar, 2013*).

Os candidatos devem ser avaliados antes do procedimento de adoção, para verificar se dispõem das capacidades necessárias para se tornarem pais adotivos. Estes devem, ainda, receber uma formação específica para a adoção.

A avaliação da capacidade e da aptidão para adotar é realizada por organismos da Segurança Social, nos quais posteriormente se segue uma fase de formação, em que os candidatos selecionados adquirem uma preparação para lidarem com as especificidades da parentalidade adotiva (*Como adotar, 2013*).

Segundo o Código Civil (2013) existem dois tipos de adoção: a adoção plena e a adoção restrita.

Mediante o artigo 1979 do Código Civil, na adoção plena, a criança ou jovem adotado:

- Torna-se filho do adotante e passa a fazer parte da sua família, para todos os efeitos legais, incluindo os sucessórios;
- Deixa de ter relações familiares com a sua família de origem;
- Perde os seus apelidos de origem e adquire os apelidos dos adotantes;

- Pode, nalgumas situações, mudar o nome próprio (se o adotante o pedir e o Tribunal concordar).

Esta adoção é definitiva, não podendo ser revogada, nem mesmo por acordo entre o adotante e o adotado.

Mediante o artigo 1992 do Código Civil, na adoção restrita, a criança ou jovem adotado:

- Torna-se filho do adotante, mas mantém todos os direitos e deveres em relação à família de origem (salvo algumas restrições estabelecidas na lei);
- Pode receber apelidos do adotante, mas mantém um ou mais apelidos da família de origem;
- O adotado, ou os seus descendentes, e os parentes do adotante não são herdeiros uns dos outros nem estão reciprocamente obrigados à prestação de alimentos.

A adoção restrita tem ainda as seguintes particularidades: a) pode em determinadas circunstâncias ser revogada; b) pode, a todo o momento, por decisão judicial, ser convertida em adoção plena, a pedido dos adotantes e desde que se verifiquem os respetivos requisitos.

A co-adoção é dirigida a pessoas do mesmo sexo, sendo que uma exerce a responsabilidade parental por via de adoção ou filiação. Permite que duas pessoas que sejam casadas ou que vivam em união de facto possam co-adotar o referido menor. Esta possibilidade vê-se restringida à não existência de um segundo vínculo de filiação ao menor e às pessoas com mais de 25 anos (Fonseca, 2013).

A aprovação da co-adoção visa prolongar o vínculo de parentalidade de um dos indivíduos do casal, pai ou mãe biológica, e adotante, ao cônjuge que ainda não possui uma relação com o menor (Fonseca, 2013).

Uma das questões mais complexas que se tem colocado relativamente à co-adoção traduz-se no questionamento sobre a possibilidade de os casais homossexuais virem a adotar uma criança (Fonseca, 2013).

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a capacidade para a adoção não está diretamente relacionada com a homossexualidade do adotante.

Quando um indivíduo é contra a adoção de crianças por homossexuais sustenta a ideia de que o adotando virá posteriormente a ser homossexual, reproduzindo a orientação sexual assumida pelos seus pais adotivos, facto que é improvável, se atendermos aos vários indivíduos que sendo filhos de heterossexuais se tornam homossexuais (Fonseca, 2013).

Bailey, Dobrow, Wolfe e Mikach (1995) remetem para a ideia de que uma minoria dos homossexuais tem crianças, apesar de atualmente existir um aumento de *gays* e lésbicas que formam família. Existem, porém, duas preocupações que suscitam o interesse dos investigadores do desenvolvimento infantil quando estudam crianças com pais *gays* e lésbicas, nomeadamente, se as crianças de pais adotivos homossexuais se virão a tornar homossexuais e se, no caso de atribuição da custódia dos filhos, os pais homossexuais reúnem iguais condições para criar uma criança. As opiniões dividem-se e, com elas, a opinião da sociedade.

APOIOS À HOMOSSEXUALIDADE

A Associação ILGA Portugal (Intervenção Lésbica, *Gay*, Bissexual e Transgénero) foi fundada em 1995, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, reconhecida como instituição de utilidade pública sob a forma de Associação de Solidariedade Social. Esta Associação é a mais antiga associação de defesa dos direitos de Lésbicas, *Gays*, Bissexuais e Transgénero, em Portugal (ILGA, s.d.).

O seu principal objetivo é a integração social da população lésbica, *gay*, bissexual e transgénero em Portugal, através de um programa de apoio no âmbito social que garanta a melhoria da sua qualidade de vida, entre a luta contra a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género e a promoção da cidadania, dos Direitos Humanos e da igualdade de género (ILGA, s.d.).

Uma outra instituição de apoio à homossexualidade é a Associação Portuguesa da Homossexualidade Masculina (APHM).

A APHM trabalha para os homossexuais masculinos, independentemente dos seus escalões etários, e em particular para os homossexuais masculinos que vivem ou pretendem viver no seio de uma relação homossexual, fazendo parte de uma sociedade que ainda encara a homossexualidade como um comportamento desviante (APHM, s.d.).

Para a APHM, os direitos dos homossexuais não são direitos especiais, trabalhando com o objetivo de poder alcançar direitos iguais para todos os indivíduos, nos quais se incluem os homossexuais. A APHM faz um apelo para que toda a sociedade defenda a igualdade para os homossexuais, defendendo-os, e educando as pessoas contra a homossexualidade. Remete-nos para o respeito, o apoio, a dignidade e igualdade para todos, esperando contribuir para um mundo mais solidário e justo (APHM, s.d.).

SOCIEDADE: DISCRIMINAÇÃO/HOMOFOBIA E ACEITAÇÃO

Segundo Carrara (2004), não é surpreendente que a homossexualidade apareça exposta sob uma ampla variedade de formas, de modos nitidamente contraditórios, durante diferentes períodos históricos e em diferentes sociedades. Em algumas épocas e lugares, a homossexualidade era elemento aceite na vida cotidiana. Em diferentes contextos, tem sido considerada ofensa moral, punível com a morte ou designada como uma enfermidade a ser curada com tratamento médico.

O estigma social e a discriminação contra homossexuais enfatizam forças poderosas na sociedade contemporânea. Deste modo, existem casos de homossexuais que sofrem agressões, tanto físicas como psicológicas, sem qualquer motivo aparente, por pessoas homofóbicas (Heiborn, 2004).

O conceito de homofobia é descrito de forma distinta por vários autores. Guimarães (2004), por exemplo, diz-nos que há pessoas que se sentem ansiosas e com pouco à vontade para lidar com as questões relativas à homossexualidade e mesmo para interagir com homossexuais.

Segundo Heiborn (2004), a homofobia é descrita por sentimentos negativos e de oposição contra os homossexuais, o que não lhes possibilita uma aceitação por parte da sociedade.

Apesar de a sociedade ser maioritariamente homofóbica, a aceitação da homossexualidade tem vindo a evoluir: a representação de casais homossexuais em novelas e a legalização do casamento *gay* contribuíram uma certa evolução ao nível das mentalidades (Heiborn, 2004). As atitudes intolerantes da sociedade abrandaram em relação à homossexualidade, devido, também, ao acompanhamento crescente dos tribunais e à atribuição da custódia dos filhos a mães envolvidas nestes relacionamentos (Antunes, 2013). No entanto, apesar desta

evolução, ainda existem preconceitos ou, no mínimo, reservas no referente à homossexualidade.

METODOLOGIA

As fases percorridas neste estudo desenrolaram-se em três momentos: um primeiro momento com o qual pretendemos obter maior informação acerca do objeto de estudo, incluindo-se aqui a pesquisa bibliográfica; um segundo momento recaiu na realização de uma entrevista estruturada destinada à recolha de dados; para concluir, o terceiro momento foi destinado à análise e discussão dos dados recolhidos.

Para a recolha de dados, o grupo utilizou como método a entrevista estruturada de forma a captar a opinião ou representação social dos indivíduos no referente à homossexualidade. A escolha deste tipo de entrevista resultou da consideração de que é a mais adequada para a tratamento quantitativo. Este tipo de entrevista apresenta as perguntas por ordem e redação invariável, sendo geralmente em grande número. Uma das suas principais vantagens é a rapidez da sua realização. A aplicação da entrevista realizou-se no Município de Tabuaço.

A população em estudo é de 5218 indivíduos, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE). A amostra utilizada caracteriza-se por ser uma amostra por quotas, dada a impossibilidade de constituir uma amostra representativa assente na seleção aleatória dos indivíduos e por ser, a amostra por quotas, a mais rigorosa das técnicas de amostragem no grupo das amostras não representativas, ao usar o princípio da estratificação dos sujeitos.

Este tipo de amostragem obedece ao princípio da estratificação, contudo não admite nenhuma aleatoriedade, passando por três fases: 1) Classificação da população tendo em conta determinadas propriedades consideradas como relevantes; 2) Determinação da proporção da população a ser colocada em cada classe, com base na constituição do universo; 3) Fixação de quotas de amostra para cada entrevistador selecionar, de modo a que a amostra total seja composta em proporção à dimensão dos estratos.

A nossa amostra foi estratificada em função das variáveis sexo e idade dos inquiridos e ficou caracterizada da seguinte forma: relativamente ao sexo masculino com idades compreendidas entre os 20 e os 34 anos – 10 elementos; dos 35 aos 49 anos, 12 pessoas;

dos 50 aos 64 anos, 12 indivíduos; com mais de 65 anos, 12 inquiridos. Quanto ao sexo feminino: dos 20 aos 34 anos é de 11 elementos; dos 35 aos 49 anos é de 12; dos 50 aos 64 anos é de 13 elementos; mais de 65 anos é de 16. Assim composta, o efetivo amostral fez 98 indivíduos inquiridos, selecionados de forma acidental em função dos princípios de uma amostra estratificada ponderada.

Para analisar os dados colhidos com a aplicação da entrevista estruturada recorreu-se ao *software SPSS IBM STATISTICS*, versão 21.0.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Com a realização da entrevista estruturada que foi aplicada no Município de Tabuaço, concluímos que a nossa amostra apresenta 46 homens (46,9%) e 52 mulheres (53,1%), divididos pelas faixas etárias consideradas: entre os 20 e os 34 tivemos uma percentagem de 21,4% inquiridos, dos 35 aos 49 anos, 24,5%, dos 50 aos 64 anos, 25,5%, e com mais de 65 anos, 28,6% da amostra colhida.

Quanto às habilitações literárias dos indivíduos: com o 1º ciclo registou-se uma percentagem de 27,6%, com o 2º ciclo, 13,3%, com o 3º ciclo, 14,3%, com o ensino secundário, 25,5%, e com o Ensino Superior, 19,4%.

Concluída a caracterização da amostra, realizaram-se alguns cruzamentos entre as variáveis “habilitações literárias” e “idade” e a posição face à homossexualidade, de modo a ver se as habilitações e a idade influenciavam a resposta dos inquiridos. Os resultados apurados evidenciam que os indivíduos que têm apenas o primeiro ciclo de escolaridade manifestam-se maioritariamente contra a homossexualidade (48,9%), enquanto os que têm o nível secundário (52,9%) e habilitações literárias de nível superior (41,2%) demonstraram uma maior aceitação perante a homossexualidade.

Observando as respostas dadas à luz da faixa etária dos inquiridos obtiveram-se dados que confirmam que os inquiridos a favor da homossexualidade se situam predominantemente na faixa dos 20 aos 34 anos (41,2%) e na faixa dos 35 aos 49, com 35,3%. Em contrapartida, à medida que avançamos na idade pudemos constatar que os indivíduos da faixa etária dos 50 aos 64 anos (50%) não quiseram manifestar opinião acerca desta temática, e que os que se situam nos 65 e mais anos se expressam contra a homossexualidade (51,1%).

Relativamente a conhecerem pessoas homossexuais, 80,6% dos indivíduos inquiridos responderam não conhecer. No sentido de percebermos se a opinião dos inquiridos a respeito da homossexualidade era influenciada pela circunstância de conhecerem indivíduos homossexuais ou fruto de uma opinião sem referências, cruzaram-se as variáveis “opinião sobre a homossexualidade” e “conhecimento de pessoas homossexuais”. Os dados obtidos evidenciam que as pessoas que se dizem contra a homossexualidade não conhecem, na sua maioria, pessoas homossexuais (93,6%). Em contrapartida, os inquiridos que se manifestam a favor da homossexualidade também não conhecem muitas pessoas homossexuais (70,6%), pelo que não será o conhecimento de indivíduos com orientação sexual homossexual que se constitui em fator explicativo da opinião formada a respeito desta questão.

Quando inquiridos acerca do que entendem ser a homossexualidade, a maioria dos respondentes optou pela opção “Outra”, o que significa que 63,3% dos indivíduos não tem uma opinião distorcida sobre a homossexualidade, tendo-se furtado a responder às respostas claramente estereotipadas que foram apresentadas. Os restantes indivíduos foram da opinião que a homossexualidade é um distúrbio mental (13,3%), uma doença (15,3%) e 8,2% responderam não saber/não responder.

Com base na nossa análise, verificámos que diante da possibilidade de receber sangue de uma pessoa homossexual, as respostas divergem segundo o grau de habilitações literárias dos indivíduos. As pessoas com o 1º e 2º ciclo de escolaridade não se mostraram recetivas à ideia, enquanto os indivíduos com o ensino secundário e o ensino superior evidenciam opinião contrária: 37,8% não aceitavam e 62,2% aceitavam receber sangue de indivíduos homossexuais, respetivamente.

Quanto à questão referente ao casamento homossexual, as opiniões são distintas. De tal modo que 11,2% responderam que o casamento deveria ser só pelo registo civil, e esta resposta foi notável na faixa etária dos 20 aos 34 anos. Apenas 3,1% dos inquiridos responderam que o casamento poderia ser pela Igreja e pelo civil. Os restantes elementos da amostra dividiram a sua opinião de forma maioritária pela opção indiferente (58,2%), e 27,6% dos indivíduos considera que não deve existira possibilidade de casamento entre homossexuais.

A opinião quanto à co-adoção por homossexuais foi maioritariamente desfavorável, com 61% dos inquiridos a responderem serem pouco ou nada favoráveis, ainda assim é de registar que 34,7% dos inquiridos responderam ser favoráveis. Na comparação por sexos, percebe-se a maior favorabilidade expressa pelas mulheres a respeito desta questão. Já no respeitante à adoção realizada por homossexuais, a opinião dos respondentes, homens e mulheres, é maioritariamente muito favorável, 43,9%, o que nos leva a concluir do pouco conhecimento existente sobre estas temáticas, não estando muito claras as diferenças existentes entre a adoção e a co-adoção.

Quando inquiridos acerca da parentalidade homossexual, 68,4% dos respondentes consideram que os pais homossexuais não irão desempenhar devidamente esse papel, enquanto 31,6% indivíduos apresentaram opinião contrária, considerados os homens e as mulheres.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONCLUSÕES

Tendo em conta a pesquisa bibliográfica e a análise realizada à entrevista, aplicada a noventa e oito munícipes de Tabuaço, podemos constatar que ainda existe um enorme preconceito em torno da homossexualidade. Uma evidência que consideramos poder ser parcialmente explicada pelo relativo desconhecimento sobre o que é a homossexualidade, sobre o comportamento das pessoas que têm uma orientação homossexual e sobre outras questões que lhe estão associadas.

As posições assumidas pelos indivíduos questionados relativamente à homossexualidade são distintas consoante a sua formação literária: quanto maior o acesso à informação e os estudos realizados, maior é o grau de aceitação expresso. Por outro lado, no que se refere à forma como varia a opinião sobre a homossexualidade em função da idade, podemos constatar que a geração mais nova se assume como favorável à homossexualidade enquanto as gerações mais idosas se manifestam como predominantemente contra, evidenciando a forma como a homossexualidade tem vindo a ser progressivamente integrada e naturalizada socialmente, tal como havíamos refletido no enquadramento teórico deste artigo. O não conhecimento de pessoas homossexuais também contribui, parcialmente, para a opinião desfavorável que os indivíduos manifestam ter em relação à homossexualidade.

Os estereótipos em torno da homossexualidade tornam-se acutilantemente visíveis quando indagamos os sujeitos sobre a aceitação de uma eventual dádiva de sangue por pessoas homossexuais. Neste domínio, tornou-se evidente a representação enviesada que construíram em torno da homossexualidade, entendida como desvio grave e doença, e que justifica a sua recusa em receber uma transfusão de sangue de um homossexual. Posição que apenas aparece relativizada quando consideramos apreciar a influência da formação literária dos sujeitos sobre a sua opinião, podendo perceber-se que apenas as pessoas com maiores habilitações literárias aceitariam a doação de sangue por parte de pessoas homossexuais, o que diz bem da importância do acesso à informação e da formação na transformação dos valores culturais e estereótipos das pessoas.

O preconceito torna-se novamente evidente quando se trata da questão do casamento entre pessoas homossexuais. Apesar de o mesmo estar legalizado, em Portugal, desde 2010, os inquiridos manifestam muitas reservas à sua concretização, ainda que se tenham manifestado maioritariamente indiferentes à forma como a união se oficializa.

O caráter muito recente, no nosso país, da discussão em torno da co-adoção por casais homossexuais explica parcialmente, no nosso entender, a opinião desfavorável e muito desfavorável dos inquiridos sobre essa possibilidade. Circunstância que é contrária à opinião manifestada sobre a possibilidade de adoção por pessoas homossexuais, ainda que os inquiridos considerem, na sua maioria, que os pais homossexuais poderão não desempenhar adequadamente o seu papel. Estas evidências corroboram a falta de consensualidade existente a respeito dos modelos educativos e parentais adotados por casais e pais homossexuais e sobre os seus efeitos na futura orientação sexual dos seus filhos, discussão que permanece na ordem do dia para psicólogos e investigadores.

O nosso trabalho teve como ponto de partida, o atual panorama da investigação sobre as famílias homossexuais. Em jeito de síntese, consideramos que as famílias homossexuais são atravessadas por uma complexidade de fatores, que pudemos refletir no nosso campo teórico e estudo prático.

Com a realização deste trabalho podemos concluir que a família homossexual é um assunto muito atual na nossa sociedade e que ainda se constitui num tema muito delicado, que

carece de uma mais profunda e ampla discussão, que envolva vários setores da sociedade de forma a contribuir para a sua desmitificação.

Não obstante, também entendemos que existem na atualidade alguns indícios de que a Igreja Católica e a Sociedade possam estar a mudar, uma vez que evidenciam discursos e posturas diferentes daqueles que outrora ostentaram. São disso exemplo as palavras recentemente proferidas pelo Papa Francisco: “*Se uma pessoa é gay, procura Deus e tem boa vontade, quem sou eu, por caridade, para julgá-la?*” (Papa Francisco, testemunho oral, 2014).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Antunes, S. (2013). *Sociologia da Família: caderno de síntese teórica*. Lamego: autor.
- Associação Portuguesa da Homossexualidade Masculina. (s.d). Consultado em 30 de outubro de 2013. Disponível em <http://aphm.no.sapo.pt/>
- Cordeiro, M. (2004). *Adolescentes e homossexualidade*. Consultado em 30 de outubro de 2013. Disponível em http://www.educacao.te.pt/pais_educadores/index.jsp?p=86&id_art=60
- Falcão, L. (2004). *Adoção de crianças por homossexuais: Crenças e formas de preconceito*. Consultado em 10 de novembro de 2013. Disponível em http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_arquivos/11/TDE-2006-11-28T142121Z-252/Publico/Luciene%20Campos%20Falcao.pdf
- Fonseca. (2013). *Qual é a diferença entre adoção e co adoção*. Consultado em 28 de outubro de 2013. Disponível em http://www.dn.pt/politica/interior.aspx?content_id=3225556
- Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual e Transgénero. (s.d.). *Quem Somos: Historial da Associação*. Consultado em 10 de novembro de 2013. Disponível em <http://ilga-portugal.pt/institucional/historial.php>
- Lusa. (2012). *Casamentos gay a diminuir em Portugal*. Consultado em 9 de novembro de 2013. Disponível em http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2588922&page=-1
- Segurança Social. (2013). *Como adotar*. Consultado em 9 de novembro de 2013. Disponível em <http://www4.seg-social.pt/como-adotar>
- Significado da Família*. (s.d). Consultado em 28 de outubro de 2013. Disponível em http://www.dn.pt/politica/interior.aspx?content_id=3225556

3. Relações intergeracionais

Cátia Sousa, Inês Garcia, Maria Silva, Rita Ferreira¹

RESUMO: O presente artigo tem como tema a abordar as relações intergeracionais. No seu desenvolvimento, vamos abordar e especificar temas e conceitos relacionados com o envelhecimento social e ativo e as relações sociais intergeracionais na sociedade moderna. A grande questão que se coloca é a de saber se a sociedade atual está preparada para uma modificação de pirâmide demográfica em que a base – constituída por crianças e jovens – é cada vez mais estreita em detrimento de um topo, representando os idosos, que se encontra cada vez mais alargado? Outro dos objetivos a alcançar com a realização deste artigo é perceber como se relacionam estas duas faixas etárias, que têm entre si não só um grande distanciamento de idades mas também de interesses. Para aprofundar e enriquecer o nosso estudo e pesquisa decidimos elaborar uma entrevista por pautas, constituída por 10 questões relacionadas com o tema abordado, dirigida a uma docente da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego com competência para nos fornecer as necessárias informações, e também a uma assistente social do Centro Diocesano de Apoio a Idosos de Lamego. Nestas, iremos abordar questões como o fenómeno do duplo envelhecimento, característico das sociedades modernas, quais as suas causas e consequências, o conceito de relações intergeracionais e ainda o modo como as várias gerações se relacionam entre si e qual a sua evolução dessa relação ao longo dos anos.

Palavras-chave: Relações intergeracionais, Envelhecimento ativo.

INTRODUÇÃO

Ao longo deste artigo científico vamos abordar e desenvolver o tema “relações intergeracionais”. Com a realização deste trabalho, temos como principal objetivo perceber quais as grandes mudanças que ocorreram nas várias gerações e como estas influenciam atualmente a nossa sociedade. No seu desenrolar vamos também proceder à definição de vários termos como o de envelhecimento, o de envelhecimento ativo, qual a relação que este estabelece com o desenvolvimento, e ainda o que se entende por relações intergeracionais.

Vamos apresentar a opinião de vários autores no que diz respeito ao tema abordado, assim como a posição e o contributo que várias entidades, como a UNESCO e a OCDE, deram para intensificar, através de planos de promoção, as relações intergeracionais.

¹ Discentes do 2º ano do regime diurno.

Iremos ainda proceder à realização e administração de uma entrevista por pautas, constituída por 6 questões, sendo esta direcionada a uma docente da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego e a uma assistente social do Centro Diocesano de Apoio a Idosos de Lamego. Nestas, iremos abordar temas como o conceito de relações intergeracionais, as causas e consequências do fenómeno do duplo envelhecimento que se encontra em ascensão no nosso país e que, por sua vez, vai influenciar de forma negativa a pirâmide etária e, ainda, como é que as gerações se relacionam entre si, visto que as idades e interesses são muito distintos.

A PROBLEMÁTICA DE UMA SOCIEDADE ENVELHECIDA

Atualmente, a sociedade depara-se com uma problemática que tende a evoluir rapidamente, dia após dia. Este problema está relacionado com o aumento da população envelhecida, não só no nosso país mas um pouco por todo o mundo. Os fatores explicativos deste problema estão relacionados com o aumento da longevidade da população, potenciada pela melhoria dos cuidados de vida, da alimentação, dos cuidados de higiene e de inovações na área da medicina, bem como por uma diminuição do número de nascimentos (Teiga, 2012). Esta situação atual irá posteriormente pôr em causa os sistemas de proteção social do país, pois não haverá população suficiente a trabalhar para fazer face às despesas com os idosos, como por exemplo o pagamento de pensões e os serviços de saúde (Fonseca, 2005, cit. por Teiga, 2012). O envelhecimento traz custos acrescidos aos sistemas de saúde e de segurança social que poderão tornar-se insustentáveis, caso não lhes seja feita uma reestruturação urgente (Ferreira, 2011). “Segundo os dados do Eurostat (2011, cit. por Teiga, 2012), Portugal é o 5º país mais velho da Europa e o 6º país mais velho do mundo”.

Outro problema a salientar remete para a falta de tempo e disponibilidade em estabelecer e criar relações entre as diferentes gerações, ao passo que antigamente estas surgiam de forma espontânea. A nível político, desde 1999 que têm sido criados programas destinados a promover a inclusão das várias gerações (Teiga, 2012). Ainda existem muitos mitos e preconceitos associados à velhice e a uma discriminação dos mais velhos pelos mais novos, que muitas vezes não os veem como indivíduos com o direito de ter uma participação e uma voz ativa na sociedade em que se inserem de modo a não serem colocados à margem, mas

como indivíduos dependentes da ajuda da família, do Estado ou de terceiros, como instituições, para lhes satisfazer as suas “últimas” necessidades. Daí ser fundamental assegurar a equidade e igualdade de oportunidades entre as gerações (Teiga, 2012).

Uma situação de discriminação relacionada com a idade está patente em vários domínios, sendo um destes o mercado de trabalho, em que, em caso de despedimento, a faixa etária mais prejudicada é a das pessoas idosas (Ferreira, 2011). Existe a necessidade de formarmos uma nova ideia acerca do envelhecimento. Esta fase de vida tem de ser vivida de forma livre, participativa, produtiva e ativa. Só assim beneficiaremos de relações de harmonia entre as várias gerações, que apesar de terem interesses diferentes partilham experiências entre si (Teiga, 2012).

Segundo a Organização Mundial de Saúde, por envelhecimento ativo entende-se “o processo pela qual se otimizam as oportunidades de bem-estar físico, social e mental durante toda a vida com o objetivo de aumentar a esperança de vida saudável, a produtividade e a qualidade de vida na velhice” (WHO, 2002, cit. por Teiga, 2012, p. 19). “A palavra ativo confere ao envelhecimento a contínua participação nas questões sociais, económicas, culturais, espirituais e civis, aliada à capacidade de o indivíduo estar fisicamente ativo ou de fazer parte da força de trabalho” (Vallespir & Morey, 2007, cit. por Teiga, 2012, p. 19).

EVOLUÇÃO E DEFINIÇÃO DO CONCEITO DE ENVELHECIMENTO

O conceito e a ideia de velhice foram sofrendo alterações ao longo do tempo e diferem de acordo com a cultura e sociedade em que estamos inseridos. Antigamente, a velhice era entendida como uma fase particular da vida e eram tidas como velhas as pessoas com mais de 40 anos de idade. Posteriormente, no século XVIII, este conceito adquire uma perspetiva positiva, de sabedoria e simpatia de quem detinha a autoridade e que se devia respeitar. Assim, os avós assumiam um papel fundamental no que toca à transmissão de valores e sabedoria, sendo vistos como agentes socializadores dos mais novos (Teiga, 2012).

A chegada da Revolução Industrial trouxe mudanças sociais, nomeadamente o abandono e a solidão a que os idosos estavam sujeitos no meio rural devido ao fenómeno da emigração

e do êxodo rural dos elementos mais novos da família, em busca de melhores condições de vida e de empregabilidade (Teiga, 2012).

O processo de envelhecimento é individual, dinâmico, diferencial, heterogêneo, cumulativo, e ocorre ao longo da vida dos seres humanos, desde o seu nascimento até à morte. Este está ligado a fatores genéticos, biológicos, sociais, ambientais, individuais e comportamentais (Teiga, 2012).

O conceito de envelhecimento está relacionado com o conceito de desenvolvimento que é extremamente complexo. Este não se limita somente ao período da infância e adolescência mas prolonga-se ao longo de toda a nossa vida, e o meio também exerce influências sobre este. O ser humano durante todo o período da sua vida encontra-se em constante mudança e desenvolvimento e nas diversas fases desse processo assume e desempenha diferentes papéis (Teiga, 2012). No processo de envelhecimento destacam-se três fases, sendo estas: o envelhecimento primário que está relacionado com o processo de deterioração biológica; o envelhecimento secundário está relacionado com os fatores preventivos, como por exemplo a prática de exercício físico, alimentação saudável, ter hábitos saudáveis no geral que vão influenciar posteriormente o processo de envelhecimento; o envelhecimento terciário ou a designada queda terminal, quando o indivíduo se aproxima da morte (Palácios, 2004, cit. por Teiga, 2012).

AS RELAÇÕES INTERGERACIONAIS

A ideia de intergeracionalidade não se limita apenas aos idosos, crianças ou jovens, podendo reportar-se a quaisquer relações entre diferentes gerações (Teiga, 2012).

“Atualmente deparamo-nos com o aumento do número de famílias trigeracionais, chegando a haver mais avós que netos. O tempo que as distancia é menor e no futuro a permanência de quatro gerações em simultâneo vai ser uma realidade” (Gil, 1999, cit. por Teiga, 2012, p. 28).

Devido às constantes mudanças sociais e económicas com que atualmente nos deparamos, as relações intergeracionais devem também ocorrer fora do contexto familiar para, deste modo, as gerações não entrarem em colapso e conflito (Teiga, 2012). Segundo Lopes (2008, cit. por Teiga, 2012), “as relações intergeracionais ocorrem entre indivíduos pertencentes a

diferentes gerações, que interagem sem paternalismo ou protecionismos” (p. 26). O diálogo entre diferentes gerações desenvolve as relações interpessoais que, por sua vez, renovam as formas de agir e de pensar das pessoas. A UNESCO, sendo a grande impulsionadora da promoção do diálogo entre estas duas gerações, criou, em 2000, programas que visam desenvolver e promover as relações intergeracionais entre crianças e idosos, em que o objetivo é promover a inclusão e valorização dos mais velhos, assim como desenvolver interações diferenciadas entre jovens e idosos. Em Portugal, destacam-se projetos como: Net@vô, TIO (Terceira idade *online*), VIVER entre outros (Teiga, 2012).

Assumir o papel da paternidade, enquanto ainda se é filho, tende a prolongar-se no tempo, devido ao aumento do período de vida, daí que a probabilidade de vir a ser avô e bisavô é cada vez menos rara. Em contrapartida, o aumento do período de vida pode ser difícil para o idoso aceitar a sua morte, assim como para os seus familiares.

O interior da família portuguesa passou, em meados dos anos 60 e 70, por transformações que tiveram um grande impacto nomeadamente no papel que a mulher assume na vida familiar e na vida laboral. Com o fenómeno da industrialização, os fluxos migratórios e a deslocação de homens, nos anos 60, para a Guerra civil em Angola, a mão-de-obra masculina tornou-se escassa, tendo sido necessário recorrer ao trabalho prestado pelas mulheres, que passou a ser assalariado, permitindo-lhe não só uma autonomia económica como a aquisição de uma posição de igualdade com o marido, que até ao momento era o único que trabalhava e sustentava a família. Todavia, e atualmente, ainda são notórias algumas desigualdades entre a mulher e o homem, designadamente no que toca à remuneração do trabalho, pois as mulheres, desempenhando as mesmas atividades que o homem, ganham salários abaixo que estes.

Com a entrada da mulher no mercado de trabalho, esta viu-se com menor tempo e disponibilidade para o papel de esposa-mãe e anjo do lar. Esta mudança suscitou outras mudanças, tais como a diminuição do número de matrimónios, a diminuição das taxas de natalidade e fecundidade, o aumento das ruturas conjugais, que por sua vez levaram à formação mais generalizada de novas formas familiares como as famílias monoparentais, que apresentam uma estrutura dual, e as famílias recompostas (Antunes, 2013).

A família é um dos poucos espaços onde estão presentes pessoas em idades e fases de vida diferentes, todavia esta distinção tem-se revelado cada vez menos pronunciada. Em épocas anteriores os vários elementos da família aprendiam uns com os outros como assumir os diversos papéis de pais e filhos, porém, nos dias de hoje a possibilidade de se ocorrerem estes contextos de aprendizagem tem-se reduzido significativamente, sobretudo devido à diminuição do número de famílias numerosas e à diminuição da taxa de fecundidade, pois os poucos filhos que existem encontram-se agrupados por idades, dificultando às famílias que se encontrem em situação de partilhar experiências.

Ao longo dos tempos verificou-se, também, que o intervalo de idades existentes dentro da família se tornou cada vez mais amplo, assumindo, os seus vários membros, posições geracionais diversas, ou seja, avós e bisavós são cada vez mais comuns nos nossos dias. Um exemplo é o caso de pais que se tornam avós ainda sendo filhos (Elder, 1987; Hagestad, 1982, cit. por Antunes, 2013). Esta situação deve-se sobretudo ao aumento da esperança média de vida em todas as faixas etárias, elemento que propiciou o aparecimento de novas formas de relação familiar e social. Atualmente, ao contrário do que antes acontecia, na mesma família estão presentes entre 4 a 5 gerações diferentes, o que exige algumas reivindicações e adaptações nas relações entre bisavós e bisnetos.

A forma de envelhecer também diferiu nos últimos séculos, devido às expectativas associadas ao aumento da longevidade (Antunes, 2013). É importante realçar que a geração nascida nos primórdios do século XX vivenciou uma fase de considerável crescimento económico, embora posteriormente tenha sentido um decréscimo e recessão desse mesmo crescimento, o que provocou o aparecimento de novos problemas sociais, como a pobreza, exclusão social, ou o elevado aumento de desemprego (Antunes, 2013).

METODOLOGIA

Na elaboração deste artigo científico, e para enriquecer e aprofundar o nosso conhecimento, decidimos elaborar uma entrevista a uma docente da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, a qual se mostrou inteiramente disponível na prestação da mesma, e também a uma assistente social do Centro Diocesano de Apoio a Idosos de

Lamego, uma vez que ambas as inquiridas dispõem da informação e dos conhecimentos que pretendemos suscitar.

O tipo de entrevista a realizar será uma entrevista por pautas, composta por perguntas com um certo grau de estruturação, em que o entrevistador faz poucas perguntas diretas, deixando o entrevistado falar livremente. A entrevista será constituída por 10 perguntas que consideramos uma mais-valia para obtermos um trabalho mais preciso e concreto. Nesta entrevista serão abordadas questões como: o conceito de relações intergeracionais; quais as causas e consequências do fenómeno de duplo envelhecimento, que está patente e em expansão na atualidade, principalmente no nosso país; quais as medidas políticas a utilizar para resolver ou minimizar esta situação; quais as mudanças visíveis nas várias gerações ao longo dos tempos; a forma como estas interagem entre si; qual a opinião das inquiridas sobre a imagem que está associada ao idoso nos dias de hoje; o conceito de envelhecimento ativo; por fim, os procedimentos a ter em conta pela sociedade para a promoção do mesmo.

A análise das entrevistas realizadas teve como suporte de *software* o programa NVivo, na sua versão 10.0.

ANÁLISE DOS DADOS

A fim de realizar a análise, procedemos à construção de vários gráficos e modelos que representam as respostas dadas pelas inquiridas (Cf. Diagrama 1 e Diagrama 2).

Através de um mapa de árvore das categorias analíticas estabelecidas podemos concluir que as políticas de incentivo à natalidade são as mais referidas pelas inquiridas para fazer face à problemática do fenómeno do crescente envelhecimento, caracterizado no nosso país por um duplo envelhecimento, em particular no que se refere ao estreitamento da base da pirâmide demográfica que representa a população portuguesa.

Relativamente à imagem vinculada aos idosos é notório que existe um grande peso associado à sua imagem como fardo social e económico, sendo esta uma imagem que acaba por se constituir, em simultâneo, em fator de discriminação e afastamento intergeracional. Ambas as inquiridas referiram que esta imagem dos idosos, como improdutivos e incapazes de contribuir social e economicamente, contribui de forma decisiva para o desenvolvimento de sentimentos de inutilidade e de estorvo, a que usualmente os estudos fazem referência.

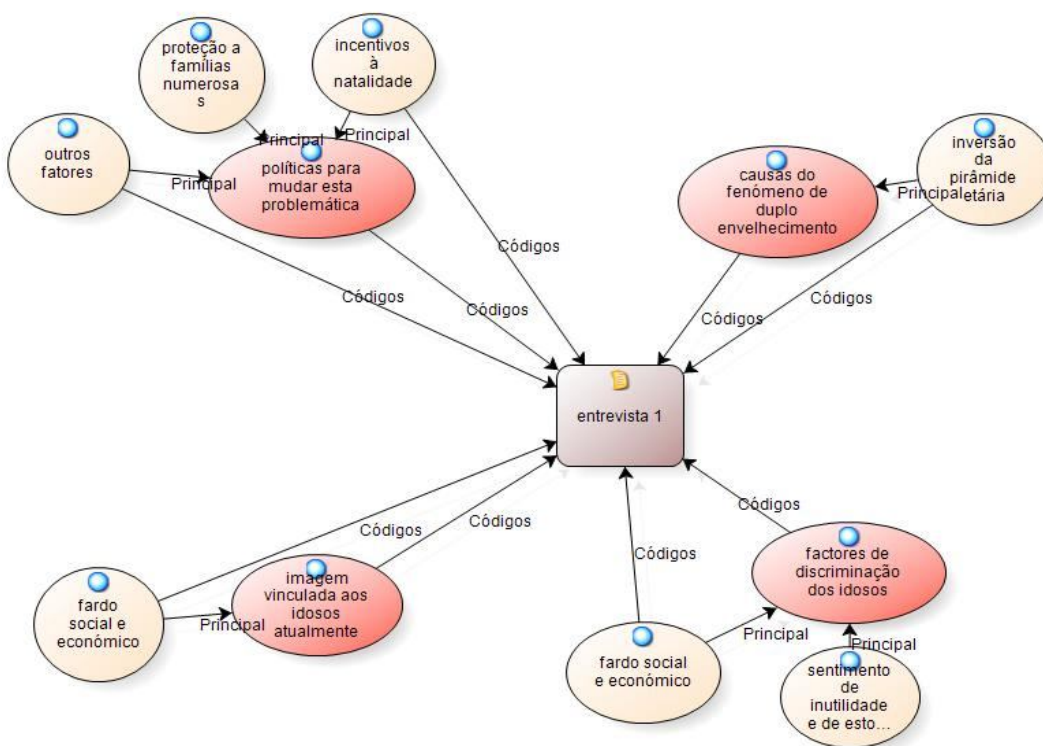


Diagrama 1 – Modelo da codificação realizada na entrevista 1

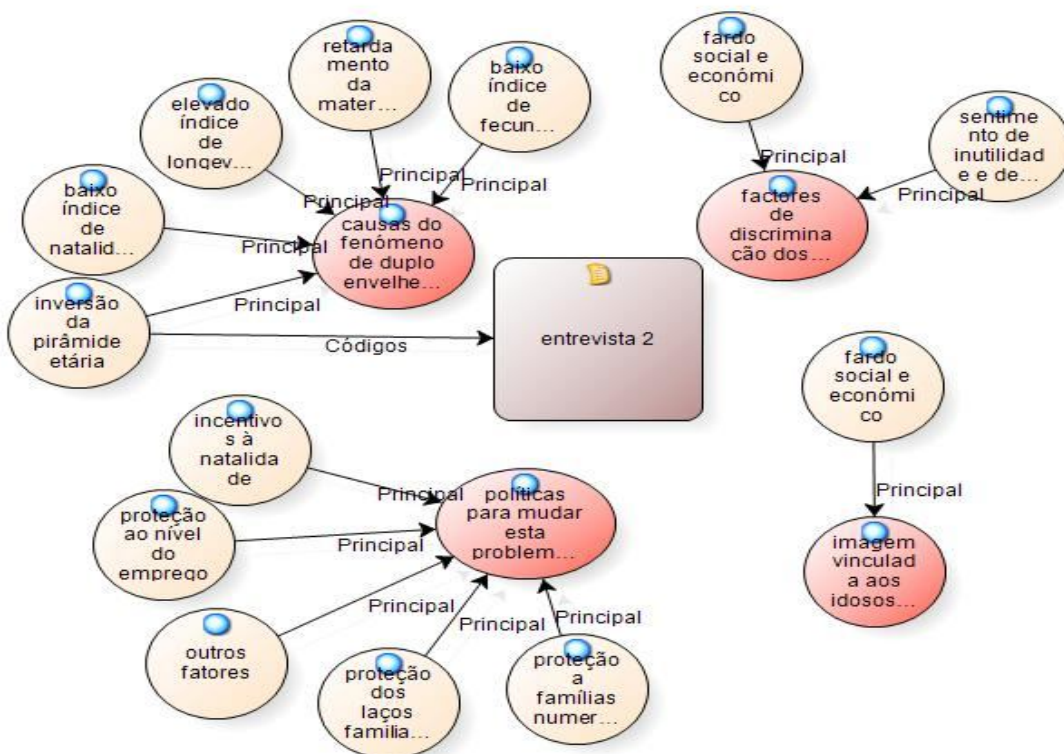


Diagrama 2 – Modelo da codificação realizada na entrevista 2

Para uma melhor análise e compreensão, procedemos também à construção de gráficos respetivos a alguns nós e subnós criados, nomeadamente ao das políticas implementadas para solucionar ou prevenir o fenómeno de duplo envelhecimento demográfico e às suas causas.

A análise da resposta fornecida pela segunda entrevistada relativamente às políticas implementadas para solucionar ou prevenir o fenómeno de duplo envelhecimento demográfico leva-nos a concluir a maior relevância atribuída às políticas de incentivo à natalidade, sendo a proteção dos laços familiares e a proteção ao nível do emprego referenciadas num segundo plano de importância. No que concerne à mesma questão, a primeira entrevistada evidencia que para solucionar ou prevenir a problemática do duplo envelhecimento, os programas de incentivo à natalidade são fundamentais.

Relativamente às causas na origem do fenómeno de duplo envelhecimento, a primeira inquirida referiu-se ao baixo nível de fecundidade e natalidade e ao aumento da longevidade, referenciando, com menor importância, a inversão da pirâmide etária. Já a segunda inquirida refere a inversão da pirâmide etária como a principal causa do fenómeno de duplo envelhecimento.

Comparando os resultados alcançados com a reflexão teórica que previamente havíamos desenvolvido, podemos concluir que o nosso país passa atualmente por uma problemática de duplo envelhecimento, sendo as suas principais causas: a diminuição da taxa de natalidade e fecundidade e o aumento da longevidade. Assim, é urgente reestruturar a sociedade. As políticas para inverter este problema passam, como evidenciam as inquiridas, pelos incentivos à natalidade, para os jovens ficarem radicados nas suas terras, contribuindo simultaneamente para o não despovoamento do interior.

CONCLUSÃO

Ao finalizarmos este trabalho, e conciliando a parte teórica com as entrevistas realizadas, podemos concluir que as relações intergeracionais entendem-se pelas relações estabelecidas entre pessoas de várias faixas etárias e em diferentes fases da vida, sendo estas importantes por permitirem uma troca de experiências e de saberes entre pessoas. Porém, constatamos que o nosso país apresenta uma problemática cada vez mais crescente,

designada por duplo envelhecimento, em que se verifica uma inversão da pirâmide demográfica. Esta problemática está associada a diferentes causas, nomeadamente à diminuição da taxa de natalidade e de fecundidade e, por conseguinte, ao aumento da longevidade, promovido pelos avanços e progressos ao nível da medicina. Esta situação atual irá posteriormente pôr em causa os sistemas de proteção social do país, pois não haverá população suficiente a trabalhar para fazer face às despesas com os idosos.

Outro problema, a salientar, remete para a falta de tempo e disponibilidade em estabelecer e criar relações entre as diferentes gerações, ao passo que antigamente estas surgiam de forma espontânea. Verifica-se também que existem ainda muitos preconceitos e discriminação associada às faixas etárias mais avançadas, que são vistas como inúteis e um estorvo e fardo a nível económico e social para a sociedade, existindo, por conseguinte, a necessidade de modificar esta situação, devendo-se propor e implementar políticas para um envelhecimento ativo.

O conceito de velhice foi alvo de evolução ao longo dos tempos, pois na sociedade tradicional o idoso era visto como o patriarca da família, o elemento que detinha o sabedoria, enquanto hoje é visto como um estorvo e posto à margem da sociedade. Assistimos, igualmente, a alterações nas estruturas familiares, pois passámos de um contexto em que predominavam as famílias alargadas para um outro em que a família nuclear conjugal se assume como modelo, onde se presenciam famílias menos numerosas, sendo norma existirem dois filhos ou, em muitos casos, apenas um.

O aumento do período médio de vida proporcionou, também, a existência de novos sistemas familiares: assim, avós e bisavós deixaram de ser exceção, e ser pai enquanto se ainda é filho tende a ser uma realidade cada vez mais presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Antunes, S. (2013). *Sociologia da família: caderno de síntese teórica da licenciatura em Serviço Social*. Lamego: Edição do autor.
- Ferreira, P. M. (2011). *Envelhecimento activo e relações intergeracionais*. Consultado em 7 de Outubro de 2013. Disponível em <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/6091>
- Teiga, S. A. M. (2012). *As Relações Intergeracionais e as sociedades envelhecidas: Envelhecer numa sociedade não stop - O Território Multigeracional de Lisboa Oriental*. Consultado em 7 de Outubro de 2013. Disponível em <http://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/2270>

4. Álcool e negligência infantil

Joana Ferreira, Judite Silva, Susana Santos¹

RESUMO: O consumo excessivo de álcool leva a um mau ambiente familiar, atingindo maioritariamente as crianças que, sendo os elementos mais frágeis, acabam por sofrer mais do que os restantes membros. Este trabalho tem como objetivo compreender a magnitude do alcoolismo como causa de negligência infantil. Os principais conceitos presentes neste trabalho são: o conceito e a definição de álcool; a repercussão do fator álcool na problemática da negligência infantil; as consequências dessa negligência; dados estatísticos sobre a temática; os direitos da criança; o enquadramento legal da negligência infantil; por fim, será descrito o papel do assistente social dentro desta temática e resposta prestada por instituições. O presente artigo decorre através de um estudo qualitativo e quantitativo. Sendo que a sua dimensão qualitativa é obtida através da realização de entrevistas realizadas na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens e no Centro de Respostas Integradas da cidade de Lamego. O estudo quantitativo visa fornecer dados estatísticos sobre a temática. Este trabalho pretende sensibilizar a sociedade, identificar os vários tipos de negligência infantil provocados pelo fator álcool e verificar a existência ou não de uma relação entre a crise económica e o aumento de consumo de álcool.

Palavras-chave: Alcoolismo, Negligência infantil, Direitos da criança, Funções do assistente social.

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende abordar a problemática do alcoolismo do ponto de vista da sua magnitude e dos seus efeitos na negligência infantil, sendo esse o seu principal objetivo. A base deste estudo é o consumo de álcool como causa de consequências negativas no ambiente familiar e diretamente na negligência infantil.

A nível pessoal, a escolha deste tema deve-se ao facto de este trabalho estar a ser realizado por mulheres que, em alguns casos, já são mães, logo, sentimentalmente, a problemática da negligência infantil não nos deixa indiferentes. Do ponto de vista social consideramos ser um problema real, atual e de extrema relevância, tendo em conta que a negligência infantil e, conseqüentemente, as relações interpessoais com os filhos de alcoólicos afetam negativamente toda a estrutura social que os rodeia. Por outro lado, a sua realização também nos permite compreender que influência terá o fator crise económica, que o nosso

¹ Discentes do 1º ano do regime pós-laboral.

país atravessa, no consumo de álcool. Equacionando-se se, por outro lado, a falta de recursos não fará diminuir o consumo.

O estudo está, em termos geográficos, delimitado ao concelho de Lamego. A amostra a selecionar irá incidir sobre um universo finito, através de uma amostra não representativa de tipo pensada, pois é propositadamente limitada a certas partes do universo.

Ao realizar as entrevistas na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens da cidade de Lamego e no Centro de Respostas Integradas da mesma cidade pretende-se alcançar dois pontos de vista diferentes sobre a mesma temática: por um lado, sobre o fator alcoolismo e, por outro, sobre a problemática da negligência infantil.

Em termos históricos, a recolha dos dados irá incidir nos cinco últimos anos, ou seja no espaço temporal de 2008 a 2014, procurando-se relacionar a questão com a crise económica e o número de casos de negligência infantil, investigando, também, desta forma, a crise económica como fator que proporciona, ou não, o aumento de álcool.

No desenvolvimento do nosso artigo científico constará o enquadramento teórico, no qual serão abordados: o conceito e a definição de álcool; a repercussão do fator álcool na problemática da negligência infantil; as consequências dessa mesma negligência; estarão também presentes dados estatísticos sobre a temática; serão descritos os direitos da criança e o enquadramento legal da negligência infantil; por fim, será descrito o papel do assistente social dentro desta temática assim como as respostas sociais existentes na cidade de Lamego relativamente às problemáticas apresentadas.

Os procedimentos metodológicos reportam ao local, ao momento e ao processo que organizou a investigação, tendo em conta o campo de pesquisa, a população e amostra não representativa e a técnica utilizada para a colheita e análise dos dados, seguindo-se-lhe a sua análise e interpretação.

Na conclusão constará uma súmula completa, clara e objetiva de todos os dados achados importantes, colhidos e discutidos durante a elaboração do trabalho. Serão também sugeridas novas áreas de reflexão e explicitadas as lacunas deixadas pelo trabalho.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Álcool – conceito e definição

Os efeitos patológicos provocados pelo álcool são conhecidos há vários séculos: “Admite-se que no período paleolítico, o Homem tomou conhecimento, de forma acidental, dos efeitos da ingestão do produto fermentado a que o mel, recolhido e armazenado em recipientes artesanais, dera origem” (Mello et al., 2011, p. 11).

Sobre os indivíduos que sofrem desta dependência, a Organização Mundial de Saúde (1980), citada por Mello et al. (2001), afirma que “Alcoólicos são bebedores excessivos, cuja dependência em relação ao álcool se acompanha de perturbações mentais, da saúde física, da relação com os outros e do seu comportamento social e económico. Devem submeter-se a tratamento” (p. 15). Sendo o alcoolismo de facto uma patologia que, como tal, necessita de tratamento médico, consegue-se construir, então, uma definição para a mesma que, segundo a Organização Mundial de Saúde (1980), citada por Mello et al. (2001), é a seguinte:

Alcoolismo não constitui uma entidade nosológica definida, mas a totalidade dos problemas motivados pelo álcool no indivíduo, estendendo-se em vários planos e causando perturbações orgânicas psíquicas, perturbações na vida familiar, profissional e social, com as suas repercussões económicas, legais e morais (p. 15).

O fator álcool traduz-se, portanto, num conjunto de consequências nocivas que afetam não só o indivíduo portador dessa patologia mas também quem o rodeia, sejam eles amigos, a família ou a comunidade em geral. Quando essas mesmas consequências recaem sobre a vida familiar, mais concretamente sobre as crianças, têm como resultado a negligência infantil.

Repercussão do fator álcool na problemática da negligência infantil

O consumo excessivo de álcool leva a um mau ambiente familiar, prejudicando todos os elementos que a constituem. Claro que as crianças, sendo o elemento mais frágil, acabam por sofrer mais do que os restantes membros. Segundo Oates (1984), citado por Gallardo (1994) “o facto de as sequelas emocionais permanecerem, não é devido ao episódio de abuso recebido em si, mas sim ao meio ambiente familiar perturbado onde a criança vive” (p. 57).

A ação do alcoolismo na família faz-se sentir quer na vida familiar, sendo visíveis as dificuldades, as carências materiais, as crises no relacionamento, a destruição gradual do lar e a desunião familiar, quer na descendência por efeito indireto (ação psicológica), ou por efeito direto (ação tóxica) e também, no contacto precoce do álcool com as crianças. Segundo Mello et al. (2001), esse contacto acontece da seguinte forma: “O contacto dos filhos com álcool é muito mais frequente e mais precoce em Lares de alcoólicos, pela liberdade de consumo e na maior oferta, não sendo raro observar a existência de alcoolismo infantil” (p. 73).

Um lar alcoólico assume várias características, como a instabilidade, a insegurança, o ambiente conflituoso, prejudicando sempre o desenvolvimento da criança que nele habita ao nível de atrasos no desenvolvimento e dificuldades de aprendizagem, levando mais tarde ao insucesso escolar (Mello et al., 2001).

Segundo Master (2007), os filhos de pais alcoólicos registam maiores níveis de depressão, ansiedade e graves problemas comportamentais, tais como mentir, roubar, lutar, faltar às aulas e problemas de mau comportamento escolar. Os professores avaliam os filhos de pais alcoólicos como sendo mais ativos e impulsivos do que os filhos de pais não alcoólicos.

Consequências da negligência infantil

Quando falamos de negligência infantil a primeira característica deste tipo de maus tratos é a omissão de cuidados, a falta de satisfação das necessidades básicas da criança, que prejudica o seu desenvolvimento em todas as áreas.

A Organização Mundial de Saúde definiu, em 2007, a negligência, como sendo:

Um fracasso por parte do progenitor ou outro membro da família para ir ao encontro das necessidades físicas e/ou psicológicas da criança, através de cuidados inadequados ou fracasso em proteger a criança da exposição ao perigo, quer durante incidentes isolados, quer como um padrão de fracassos ao longo do tempo (Brito, 2011).

As consequências da negligência estão, muitas vezes, relacionadas às de abuso, pelo facto de ambas interferirem com o desenvolvimento emocional e físico da criança, quando lhes causa sofrimento e podendo, até mesmo, provocar-lhe a morte.

A violência física é o uso da força com o objetivo de ferir, nesta forma de violência são comuns: murros, pontapés, estalos, agressões com diversos objetos, queimaduras ou

mesmo o impedimento ou introdução de medicação ou tratamento. Esta pode ser agravada, caso o agressor esteja sob o efeito de álcool ou com embriaguez patológica ou transtorno explosivo (APAV, s.d).

As consequências emocionais são tão ou mais prejudiciais que as físicas e englobam qualquer comportamento dos agressores que vise fazer o outro sentir medo ou sentir-se inútil: ameaças utilizando os filhos, depreciação, discriminação, humilhação, muitas vezes na presença de amigos, familiares ou em público; desrespeito e punições exageradas; pode também haver a mobilização emocional da vítima para satisfazer a necessidade de atenção, carinho e de importância; ou a agressão dissimulada, em que o agressor tenta fazer com que a vítima se sinta inferior, dependente e culpada (APAV, s.d).

Ao nível social as consequências também são notórias. Esta negligência consiste em controlar a vida social da criança impedindo, por exemplo, que esta visite familiares ou amigos, cortar o telefone ou controlar as chamadas e as contas telefónicas, trancar o outro em casa (Mapa do crime, s.d).

Uma das formas de abuso é o sexual, muitas vezes entendido e relacionado com o estatuto de inferioridade social das crianças e relacionado com a falta de valores morais da família que a envolvia. Segundo Sottomayor, (2010), existia uma crença errónea de que o abuso sexual era uma fatalidade sofrida apenas pelas crianças pobres, e juntamente com a discriminação da criança emergia também a discriminação e o preconceito contra a pobreza. A sociedade, que sempre soube que o abuso sexual de crianças existia e que sempre conviveu com ele, tinha como objetivo esconder e manter na impunidade os comportamentos sórdidos.

No caso de abuso sexual, este ato é perpetrado à criança pelos próprios pais (sendo mais comum pelo pai) ou por uma pessoa que ocupa uma posição de confiança dentro da família. Segundo Coutinho (2010), é frequente que o abusador da criança transmita à vítima, de maneira aberta ou encoberta, a mensagem que ela deve sentir vergonha por ter sido objeto de abuso sexual porque, segundo o abusador, foi a criança que o levou a ter aquela reação. Acontece com alguma frequência o abusador promover na vítima sentimentos de responsabilidade, dizendo que a criança é a única pessoa que o compreende.

Pode-se classificar a negligência, segundo Mello et al. (2001), em 3 categorias principais: a negligência física; emocional; educacional. A negligência física refere-se à higiene pessoal e habitacional e aos cuidados de saúde. Aqui consideram-se a desnutrição, o desenvolvimento físico, o aparecimento de doenças infecciosas, a ocorrência de acidentes (quedas, queimaduras, envenenamento, afogamento, entre outras) que podem, muitas vezes, levar à morte. A negligência emocional é considerada o tipo de negligência mais difícil de avaliar pelo facto do fator de avaliação serem as carências emocionais da criança. Esta categoria origina consequências mais graves e duradouras e por vezes incuráveis, como por exemplo: a insegurança, autoestima muito baixa, possíveis depressões, dificuldades de aprendizagem, consumo de álcool e drogas, risco de suicídio, agressividade, ... A negligência educacional refere-se à fase de escolaridade da criança, período em que a criança adquire conhecimentos básicos. Neste caso, se houver negligência, torna-se comum o abandono escolar, a delinquência juvenil, a diminuição das hipóteses de sucesso escolar e profissional e ainda a desintegração social.

Segundo os mesmos autores, Mello et al. (2001), existem ainda duas outras classificações não tão utilizadas, mas não menos importantes: a negligência ativa e passiva. A negligência ativa acontece quando os pais têm consciência de que estão a maltratar a criança e, mesmo assim, mantêm esse comportamento não tentando modificá-lo. A negligência passiva é a mais frequente, acontecendo devido a incapacidades e/ou incompetências dos pais na educação dos filhos ou dos cuidadores das crianças.

Encontramos também a negligência intrauterina em que segundo Roseth & Quелlette (s.d., cit. por Mello et al., 2001), o aumento do consumo de álcool está proporcionalmente ligado a um aumento de malformações, prejudicando o desenvolvimento normal do feto, o que trará consequências à criança ao longo de todo o seu crescimento.

Direitos da criança

As crianças são sempre as primeiras vítimas em qualquer situação mais precária, seja ela ao nível de carência de afeto, carência material ou educacional, já que ao serem mais frágeis estão mais expostas ao meio que as rodeia. Foi, pois, com o intuito de lhes conferir uma maior proteção que foram criadas várias leis a nível internacional e no contexto nacional, para que os seus direitos fossem assegurados.

Os direitos da Criança representam um combate fundamental no nosso tempo. Como é sabido, as crianças são sempre as primeiras e as mais indefesas vítimas das catástrofes e das tragédias como a guerra, a fome, o êxodo e a violência. Mas também são vítimas dessa outra tragédia, quotidiana e menos visível que é a falta de condições de vida, que, mesmo nos países mais desenvolvidos, continua a afectar tantas crianças. [sublinhado nosso] (Sampaio, s.d., cit. por Fonseca & Perdigão, 1999, p. 7)

A 20 de Novembro de 1989, as Nações Unidas adotaram por unanimidade a Convenção sobre os Direitos da Criança, documento esse que proclama que na infância se tem direito a uma ajuda e assistência especiais para que se cresça com bem-estar físico, educacional e emocional (Unicef, 2013). Entre os direitos que foram proclamados na Convenção sobre os Direitos da Criança (1989, cit. por Fonseca & Perdigão, 1999), gostaríamos de destacar os que referem a família como base essencial para uma sólida construção do indivíduo:

A família, elemento natural e fundamental da sociedade e meio natural para o crescimento e bem-estar de todos os seus membros, e em particular das crianças, deve receber a protecção e a assistência necessárias para desempenhar plenamente o seu papel na comunidade, (...) reconhecendo que a criança, para o desenvolvimento harmonioso da sua personalidade, deve crescer num ambiente familiar, em clima de felicidade, amor e compreensão; Considerando que importa preparar plenamente a criança para viver uma vida individual na sociedade e ser educada no espírito dos ideais proclamados na Carta das Nações Unidas e em particular, num espírito de paz, dignidade, tolerância, liberdade, igualdade e solidariedade. (pp. 19-20)

A Convenção dos Direitos da Criança não é apenas uma declaração de princípios gerais; quando ratificada pelos Estados cria neles um vínculo jurídico que os obriga a adequar as suas normas de Direito interno às normas da convenção, procurando desta forma colocar em prática os direitos e liberdades, nela, consagrados. De todos os países do mundo (192), apenas 2 países, Estados Unidos da América e Somália, não ratificaram a Convenção dos Direitos da Criança. Portugal ratificou a Convenção em 21 de Setembro de 1990 (Unicef, 2013). Podemos, então, verificar que no Artigo 2º da Convenção dos Direitos da criança (1989, cit. por Fonseca & Perdigão, 1999), se encontra plasmado o seguinte direito:

Os Estados partes comprometem-se a respeitar e a garantir os direitos previstos na presente Convenção a todas as crianças que se encontrem sujeitas à sua jurisdição, sem discriminação alguma, independentemente da qualquer consideração de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra da criança, de seus pais ou representantes legais, ou da sua origem nacional, étnica ou social, fortuna, incapacidade, nascimento ou de outra situação. (p. 21)

Desta forma todas as crianças ficam protegidas e os seus direitos encontram-se salvaguardados de todas as formas de discriminação de que possam ser alvo.

Além de estarem contemplados ao nível internacional, os direitos da criança também o estão no código penal interno de cada país. Se nos referirmos em concreto às sanções previstas por um ato de agressão contra crianças, podemos estar a falar em penas de prisão para quem comete essa agressão, dependendo da gravidade da mesma. É considerado crime se for cometido um atentado contra um recém-nascido, um infanticídio, exposição ou abandono. “No caso do Infanticídio, que é aquele praticado pela mãe que mata o filho durante ou logo após o parto (...) é punida com pena de prisão de um a cinco anos” (Artigo 146º do Código Penal, cit. por Fonseca & Perdigão, 1999, p. 362). Se houver exposição ou abandono e daí: “resultar ofensa à integridade física grave, o agente é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos; no caso de resultar a morte da criança, o agente é punido de prisão de 3 a dez anos” (Artigo 138º, nº 3 do código Penal, cit. por Fonseca & Perdigão, 1999, p. 362). No caso de haver maus tratos e infrações no que se refere à segurança da criança, nos quais se incluem “o tratamento cruel, a falta de prestação de cuidados de saúde, o emprego em atividades perigosas, proibidas ou desumanas a sobrecarga física ou intelectual com trabalhos excessivos de forma a ofender a saúde, (...) é punido com pena de prisão de 1 a 5 anos” (Artigo 152º, nº1 do código Penal, alterado pela Lei Nº65/98 de 2 de Setembro, cit. por Fonseca & Perdigão, 1999, p. 363).

Estes direitos estão longe de estarem garantidos, muito menos na conjuntura atual, encontrando-se agravados com a situação de crise económica que Portugal atravessa. A ambiguidade que está patente entre o discurso sobre os direitos das crianças e a dificuldade de acesso por parte daqueles que tanto deles precisam deve incutir em todos os cidadãos o sentido da importância da luta pela salvaguarda dos seus direitos e não um sentimento de fatalidade e de aceitação da situação tal como se encontra.

Dados estatísticos sobre a temática

Vivendo Portugal no contexto atual de crise económica, em que famílias se veem todos os dias com novas dificuldades no que se refere à gestão do seu reduzido orçamento familiar, recolhemos dados estatísticos de forma a procurar perceber a relação entre a crise económica e as consequências que se fazem sentir ao nível da negligência infantil e no aumento do consumo de álcool.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), sobre os censos 2011, referentes aos indicadores de natalidade de crianças com baixo peso, verificamos que houve um aumento na percentagem que coincide em termos temporais com o aumento das medidas de austeridade que se fazem sentir. No que se refere às taxas de mortalidade infantil, verificou-se também um aumento em 2012. Segundo o INE (Pordata, 2013), a taxa de mortalidade infantil situava-se em 3,4‰, numa taxa bruta de mortalidade de 10,2‰, tendo-se verificado uma subida nos últimos 2 anos; no ano de 2010, a taxa de mortalidade situava-se em 2,5‰, numa taxa bruta de mortalidade de 10,0‰. Por outro lado, é possível verificar a subida das taxas de desemprego que, segundo fonte do INE sobre os últimos censos, atingiu em 2011 os 30% na faixa etária dos 15 aos 24 anos, situando-se entre os 24 e 34 anos, no mesmo ano, perto dos 15%. A taxa de desemprego situava-se em 15,7% em 2012, segundo fonte do INE (Pordata, 2013) e atualmente a taxa de desemprego situa-se nos 15,6 %, valor referente ao terceiro trimestre de 2013.

Verificamos também que o total das despesas das famílias portuguesas no que se refere a bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos tem vindo a aumentar. Segundo fonte do INE (Pordata, 2013), em 2009, esse total de despesa foi de 3355,73 euros, em 2010 foi de 3766,4 euros, e em 2012 foi de 3894,9 euros.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) considera o consumo de álcool sem risco para adultos num valor abaixo de 20g de álcool. Estima-se que em 2007 terão sido consumidos 11,4 litros de álcool puro *per capita* em Portugal, valor superior à média dos 5 países da UE com menores consumos no mesmo ano – 8,1 litros *per capita* (OMS, s.d., cit. por Plano Nacional de Saúde, 2012). Em 2005, cada português com mais de 15 anos bebeu, em média, 115 litros de álcool. Depois de já ter liderado a lista dos maiores consumidores de bebidas alcoólicas do mundo, Portugal ocupa agora o oitavo lugar, de acordo com a World Drink Trend (2005, cit. por Pereira, 2012).

A mortalidade prematura por doenças atribuíveis ao álcool e por suicídio apresentam, nos últimos anos, uma tendência para o aumento. Segundo o Plano Nacional de Saúde (s.d.), entre 2006 e 2009 a taxa aumentou de 11,2 para 12,9 óbitos por 100000 habitantes, verificando-se que a taxa masculina foi cerca de 6 vezes superior à taxa feminina, indicando que é um problema que condiciona essencialmente a saúde dos homens.

O papel do assistente social

Vivemos numa sociedade violenta, fragmentada e competitiva, segundo Carvalho & Baptista (2004), vivemos numa época de dualidades e contradições, e estas, sendo percecionadas por toda a sociedade, geram conflitos e contribuem para a desagregação e instabilidade dos grupos e dos indivíduos. É neste contexto que a profissão de Serviço Social é de extrema importância, visto que intervém e promove a mudança social, a resolução de problemas nas relações humanas e o reforço da emancipação das pessoas para promoção do bem-estar.

Segundo Carvalho & Baptista (2004), o profissional da área social contribui e fomenta o desenvolvimento das interações que visam proporcionar a todos o exercício de direitos e deveres, contribuindo para uma melhor exploração das possibilidades de autonomia, responsabilidade e esperança.

Portugal vive, nos dias de hoje, um dos momentos mais marcantes da sua história política, social e económica. A consequência desta crise, que inicialmente parecia longínqua, fez-se sentir muito próxima e no dia-a-dia de cada um de nós, tendo vindo a agravar ainda mais a prática diária do Serviço Social, já de si complexa e com inúmeras dificuldades e problemas.

Por ser uma área tão complexa que lida diretamente com a vida Humana, Windheuser (s.d., cit. por Nohr & Banks, 2008) diz-nos que é necessária uma "participação coletiva" de toda a sociedade, no sentido de promover o bem-estar social e que isso pode ser alcançado com o empenho das várias instituições sociais. É necessário que a sociedade tenha presente este papel fundamental de cooperação que deve existir entre a atividade de Serviço Social, a instituição Família e o Estado, no sentido de uma resolução mais célere e com menos danos possíveis. Uma intervenção precoce e no sentido de reabilitação do indivíduo face às situações problemáticas, sendo esta levada a cabo por parte de equipas multidisciplinares onde se insere o assistente social, com um conjunto de medidas centradas na criança e na família, evita que estas se tornem ainda mais complexas. Será necessária uma articulação entre os profissionais da área educativa, como amas e estabelecimentos pré-escolares e escolares, e também entidades de segurança pública, para que seja possível e eficiente a troca de informação entre as várias entidades que trabalham na área social, permitindo um trabalho em rede.

No que diz respeito às respostas sociais possíveis de dar a estas duas problemáticas, destacamos a existência em Lamego da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) e o Centro de Respostas Integradas (CRI).

A CPCJ foi criada ao abrigo da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, n.º 147/99, de 1 de Setembro, e tem como função regular a criação, as competências e o funcionamento das CPCJ em todos os concelhos do país (CPCJ, 2010). Sendo que é uma instituição oficial não judiciária com autonomia e competência territoriais, a sua área de atuação tem em conta o município onde tem sede. Das competências exercidas por esta entidade destacamos as seguintes: promove e previne os direitos da criança e do jovem no que toca à segurança, saúde e educação; além disso fornece subsídios às entidades que intervêm na matéria da infância e juventude, estando estas previstas na lei (CPCJ, 2010).

É composta por um vasto conjunto de elementos representantes de várias áreas, tais como: do município; da Segurança Social; dos serviços locais do Ministério da Educação; um médico; um elemento das instituições particulares de solidariedade social; das associações de pais; um representante de associações recreativas, desportivas e culturais; estando também representadas as forças de segurança (PSP, GNR); quatro pessoas designadas pela Assembleia Municipal e outros técnicos que venham a ser adotados pela comissão (CPCJ, 2010).

No que diz respeito ao CRI trata-se de um Centro de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependência (CICAD) que tem como objetivo avaliar no âmbito dos comportamentos aditivos e dependentes. Anteriormente, a atuação era feita ao nível do consumo de substâncias psicoativas, neste momento realiza-se no âmbito de intervenção e estende-se não só a consumidores de álcool e substâncias psicoativas, mas também a substâncias aditivas como as novas drogas e todas as substâncias adquiridas na *internet* e mesmo em pequenas lojas. Esta parte de avaliação e planeamento está na competência do CICAD, enquanto a parte operacional, do terreno, é da competência das administrações regionais de saúde.

Ao longo do território português há cinco administrações regionais de saúde (ARS), sendo que Lamego pertence à ARS Norte, e tem constituída uma divisão para o tratamento dos comportamentos aditivos e dependentes nos serviços centrais da ARS Norte, que tem um

coordenador regional. Existem depois as unidades de intervenção local, como o CRI, que reportam as suas atividades ao CICAD.

O CRI de Vila Real abrange um território de 23 concelhos, todo o distrito de Vila Real e mais nove concelhos do Douro Sul, sendo que estes pertencem ao distrito de Viseu. Dentro do CRI existem equipas em alguns territórios – Chaves, Alto Tâmega, Barroso e Vila Real, que vai abranger desde o Marão ao Douro Sul. O centro de tratamento de Lamego, para além das equipas de tratamento também tem equipas de prevenção, reinserção e redução de danos. A resposta dada por este centro concretiza-se na área do tratamento e de toda a atividade no âmbito da prevenção. O tratamento é direcionado para doentes toxicod dependentes (opióceos e outras substâncias) e alcoólicos.

O CRI de Lamego surgiu da necessidade de facilitar a deslocação dos utentes que, por terem de ir para Vila Real, acarretava muitos custos, ao nível económico. Em 2006, foi sugerida a abertura de uma equipa em Lamego e no ano de 2013 surgiu essa possibilidade e o projeto avançou, com o reconhecimento político da sua importância devido à carência que existia de uma resposta de proximidade.

METODOLOGIA

Dada a natureza do nosso objeto de estudo, temos por finalidade compreender a magnitude do alcoolismo como causa de negligência infantil.

A pesquisa realizou-se em dois momentos: num primeiro momento efetuou-se uma pesquisa exploratória para percebermos a disponibilidade quer da assistente social a trabalhar na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da cidade de Lamego, quer do profissional de saúde do Centro de Respostas Integradas da mesma cidade; o segundo momento destinou-se ao trabalho de campo, à inerente recolha de dados para, *a posteriori*, se analisarem os dados obtidos. Pretendeu-se, desta forma, alcançar dois pontos de vista diferentes dentro da mesma temática: por um lado, o fator alcoolismo e, por outro, a problemática da negligência infantil.

Para uma melhor compreensão do tema em estudo, consideramos que a entrevista é a técnica mais eficaz de recolha de dados. Permite-nos estar frente a frente com a fonte de informação, num diálogo assimétrico em que procuramos investigar e recolher dados junto

do recetor, que nos permitirá a obtenção dos dados que mais interessam à nossa investigação. Enquanto técnica de recolha de dados, a entrevista é bastante adequada para a obtenção de informações acerca dos mais variados aspetos da vida social e muito eficiente para a obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano, sendo a informação que daí resulta, suscetível de classificação e quantificação.

Dentro dos diversos tipos de entrevista e segundo o seu grau de estruturação, iremos optar por uma entrevista estruturada. Sendo uma investigação aplicada, fundamenta o seu interesse na aplicação prática de conhecimentos e dirige o seu objetivo para a solução de problemas práticos específicos desta área. As entrevistas elaboradas têm como conteúdos: evolução da assistência social ao nível dos pedidos de assistência; as áreas mais problemáticas onde foi mais necessária essa assistência; enquadramento do alcoolismo e da crise (relação entre estes); dados estatísticos relativamente à população (sexo e faixas etárias); temática específica do nosso estudo (negligência infantil) e a incidência do fator álcool nesta; especificação das várias vertentes da negligência; medidas de intervenção e prevenção utilizadas para estes mesmos fatores.

Quanto à população considerada para o nosso estudo incide sobre as crianças dos 0 aos quinze anos referenciadas pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Lamego. A amostra a seleccionar irá incidir sobre um universo finito, e a amostra considerada para responder à entrevista é não representativa de tipo pensada, pois é propositadamente limitada a certas partes do universo consideradas teoricamente mais representativas do universo.

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A entrevista administrada na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco realizou-se com a Dr.^a Ascensão Amaral, presidente desta Comissão, e também contou com a presença da Dr.^a Liliana Fonseca, Técnica de Acção social nesta comissão, sendo os resultados alcançados aqueles que passamos a descrever.

A CPCJ foi criada em 1 de Setembro de 1999 e a Dr.^a Ascensão Amaral trabalha nesta comissão há três anos.

No que se refere à relação que se estabeleceu e estabelece entre o atual contexto de crise económica e a entrada de pedidos de assistência/intervenção por parte desta comissão, a entrevistada referiu que *“a degradação da situação económico-financeira e a crise refletem-se diretamente na vida das pessoas, digamos que se trata de uma relação de causa-efeito”*. Nestas situações de crise económica verifica-se o aumento da miséria humana e social, nomeadamente o aumento da taxa do desemprego, como já anteriormente referimos tendo como fonte o INE/Pordata (2013).

No relativo ao estrato social em que se verificou uma maior incidência de casos, foi referida a classe média baixa. Ao nível da procura de pedidos de assistência/intervenção nos últimos 5 anos, a entrevistada refere que esta se situa *“ao nível das problemáticas, nomeadamente absentismo escolar, consumos, negligência parental”*, circunstância a que já havíamos feito referência no enquadramento teórico, tendo sido referido que *“na área de abrangência desta Comissão não se verifica, em nenhuma zona em especial, um maior número de casos de negligência infantil, (...) podemos falar em zonas mais problemáticas, onde se podem destacar Penajoia e Valdigem”*.

A forma mais frequente de obter conhecimento dos casos é através de instituições escolares que, no ano de 2013, indicaram 10 casos que foram instaurados, reabertos sete, e transitados 33; os casos denunciados pela PSP foram 21, não havendo reaberturas e transitando dois casos; outra forma de sinalização é a que chega por via de anonimato, com nove processos instaurados, tendo transitado nove e não tendo havido reabertura de processos; no que se refere à Segurança Social, foram três casos instaurados, dois reabertos e 16 transitados. Este trabalho em rede, entre entidades escolares e entidades de segurança pública, referido no enquadramento teórico, é de extrema importância para a denúncia de novos casos de negligência infantil.

Do ponto de vista da entrevistada *“é evidente que o alcoolismo tem influência direta na negligência parental. Uma pessoa alcoolizada não tem os cuidados necessários e normais para com os filhos e até para consigo própria”*.

Quanto aos fatores que podem originar a negligência infantil, foram referidos: fatores culturais; o consumo de álcool; as toxicodependências. O número total de casos, em 2013, foi de 170, sendo que, destes, foram instaurados 66, reabertos 12, e transitaram para o ano

de 2014, 92 casos. Desde o início de 2014 e até 22 de Maio do mesmo ano, foram instaurados 50 novos casos, perfazendo 142 casos referenciados, sendo que, destes, apenas 3 casos são referidos como sendo consequência do fator alcoolismo.

As idades onde se verifica o maior número de casos de negligência infantil, tendo como informação os dados referentes a 2013, situam-se: no escalão etário dos 0-2 anos, com o número de 13 casos; entre os 3-5 anos, com 11 casos; entre os 11-14 anos referem-se 12 casos. Sendo que, em termos comparativos com os valores do ano de 2008 até Dezembro do ano de 2009, verificamos: na faixa etária dos 0-2 anos ocorreram 8 casos instaurados; dos 3-5 anos, 9 casos instaurados; dos 6-10 anos, 12 casos – sendo este o valor mais elevado deste período, no total dos 52 casos instaurados; 10 casos foram reabertos e 48 transitados, perfazendo o número total de 110 casos (CPCJ, 2009).

Comparando o número total de casos registados no ano de 2008 até Dezembro de 2009, verificamos que houve um aumento de 60 casos no total. Se nos reportarmos ao número de casos reabertos verificamos que se verificou um aumento de 2 casos, já no que se refere à comparação com o número de casos transitados podemos verificar que houve um aumento de 44 casos.

Mediante os casos registados de negligência não se encontra referenciada a média de idades mais frequente entre os agressores/negligentes porque a atuação da CPCJ centra a sua ação na criança e não no agressor.

No que se refere ao grau de parentesco existente entre o negligente e o negligenciado, este varia muito tendo em conta o meio onde a criança reside, mas na maioria dos casos ocorre negligência parental ou de quem está com a tutela de responsabilidade da criança.

As medidas de atuação de intervenção que são utilizadas para a resolução destes casos de negligência dependem da gravidade da situação, mas podem passar pela aplicação de uma medida de apoio junto de outro familiar e, em casos mais extremos, pelo recurso à institucionalização.

Do ponto de vista do negligente, segundo a entrevistada, *“não são aplicadas medidas aos agressores, apenas protegemos e salvaguardamos o superior interesse das crianças e jovens que estão sob a jurisdição desta CPCJ”*.

Ao nível da prevenção dessa mesma negligência têm sido elaborados e implementados alguns programas de apoio com a ajuda da Segurança Social, com vista a minorar tais situações, sendo difícil avaliar os resultados concretamente obtidos com estas medidas no que diz respeito à negligência infantil.

Na entrevista aplicada no CRI foi referido que a criação do CRI de Lamego surgiu da necessidade da população, de que existisse um organismo que respondesse às necessidades relacionadas com o alcoolismo e a outras dependências, no seu tratamento e prevenção, como está referido na componente teoria do presente artigo, que diz respeito à resposta social fornecida por esta entidade.

Este centro destina-se, segundo a entrevistada *“a intervir ao nível das substâncias ilícitas, mas também do alcoolismo”*. O alcoolismo como fator cultural está muito enraizado nesta região e por essa mesma razão segundo a entrevistada *“as pessoas não assumem isto como um problema e é necessário um trabalho persistente no sentido de sensibilizar e consciencializar a população para a mudança no que se refere a esta problemática”*, sendo que as áreas problemáticas com maior representatividade são doentes, em primeiro lugar que consomem substâncias psicotóxicas e opiáceos, e também os consumidores de álcool.

A faixa etária em que predomina o consumo de álcool situa-se entre os 30 e 50 anos, porque no que se refere aos alcoólicos há uma grande maioria de adultos e menos de jovens adultos.

Em relação à evolução da taxa de alcoolismo registada nos últimos 5 anos, a entrevistada refere que quando abre um serviço este *“desponta a procura do mesmo e o aumento de casos identificados, se o serviço não existe os casos não estão tão identificados. A triagem que era feita ao nível de cuidados de saúde primária já era identificativa da existência desta problemática”*. A existência deste serviço de proximidade e as instituições da comunidade provocam uma grande afluência de utentes, que estão mais despertos para estas problemáticas.

No que se refere ao género que mais álcool consome, é claramente o masculino (algo que havíamos constatado com base nos dados estatísticos disponibilizados pelo Programa Nacional de Saúde), mas no sexo feminino existe um consumo silencioso visto que não é tão aceite social e culturalmente.

A faixa etária em que se verifica um maior aumento do consumo é nos jovens. Segundo a entrevistada, *“Portugal é um dos países em que os jovens consomem mais álcool: cada vez mais os jovens saem mais cedo para se divertir à noite e a sua substância de eleição é o álcool”*. Segundo a entrevistada, ainda a propósito desta temática, *“os jovens começam cada vez mais cedo no consumo abusivo de álcool em ocasiões de lazer, aos fins-de-semana, com mais de cinco bebidas por dia, mesmo com a legislação que proíbe a venda de álcool a menores de 18 anos”*.

Em termos de zonas geográficas em que se verifica um maior número de casos de consumo de álcool dentro de Portugal estão identificadas as regiões de Trás-os-Montes e Douro sul, mas em Lamego segunda a entrevistada *“como ainda estamos há pouco tempo não consigo responder com exatidão, e isso também tem a ver com a identificação que é feita”*. Claro que por as situações não serem reportadas isso não significa que estas não existam.

A forma mais frequente de obter conhecimento dos casos é, segundo a entrevistada, *“através do contacto com as instituições da comunidade, as de saúde, sociais, IPSS, as equipas do Rendimento social de inserção (RSI) e os municípios que têm gabinetes de ação social. Portanto um conjunto de parceiros que auxiliam nesta despistagem dos casos”*. Existem também casos em que os indivíduos recorrem ao serviço de forma voluntária porque reconhecem a presença da problemática e também pelas redes informais, nomeadamente a família e os amigos.

Em relação ao consumo juvenil, grande parte dos jovens que estão a receber tratamento, enquadram uma problemática de consumo de substâncias psicoativas, o que não significa que não exista dependência de jovens pelo fator alcoolismo mas apenas que ainda não surgiu nenhum caso neste centro.

Tanto o consumo de álcool como de outras substâncias é transversal aos vários estratos sociais, mas é mais visível no estrato social e económico mais baixo, sendo que é mais dissimulado nas classes sociais mais altas. O fator crise veio trazer um aumento do consumo de substâncias em geral, o que inclui o alcoolismo, que vai acentuar-se em situações mais vulneráveis e desprotegidas. Este aumento de consumo de álcool e aumento das despesas familiares em produtos alcoólicos, já anteriormente tinha sido referido nos dados estatísticos sobre a temática.

Segundo o ponto de vista da entrevistada, não existe uma relação direta entre o fator alcoolismo e o fator negligência infantil, afirmando que *“não podemos dizer que os alcoólicos são negligentes com os seus filhos: pode ser um dos fatores que, associado a outros, faz surgir a negligência infantil, mas só por si não considero ser um fator que provoque a negligência infantil”*. As causas deste consumo de álcool podem ser despoletadas, segundo a entrevistada:

Pelas próprias pessoas, porque podem estar mais propensas ao consumo de álcool; a família também pode ser origem do consumo, se o indivíduo estiver inserido num ambiente familiar de alcoolismo; os grupos de pares também são influenciadores, na medida que para ser aceite no grupo tem de consumir; a comunidade em si e do fator cultural, no caso de esta região ser vitivinícola e que é natural consumir álcool, o que leva muitas vezes a que as pessoas não vejam o álcool como problema, onde estão presentes os falsos mitos que o álcool dá força, aquece, e tudo isto contribui para um consumo.

No que se refere a medidas de intervenção utilizadas para a resolução de casos de alcoolismo, o principal é, segundo a entrevistada *“assumir o problema, depois o tratamento em si é no mínimo de dois anos”*. É também importante que a pessoa se envolva no seu processo de mudança, o que inclui seguir o plano de tratamento, sendo que este pode envolver ou não fármacos, dependendo da duração do tratamento.

Estes doentes são referenciados, fazem o acolhimento, onde é recolhida a informação que é avaliada pelo médico, depois de identificada a dependência é adequada a terapêutica específica para o caso. Mesmo depois da autonomização do doente este é sempre acompanhado, ao nível de psicologia, serviço social e enfermagem. Um dos principais problemas é a reincidência que se verifica nesta problemática e portanto um dos papéis fundamentais, segundo a entrevistada *“é trabalhar a recaída depois da abstinência, porque o doente está sempre exposto ao risco. Quando falamos de recaída é quando retoma o processo de consumo que tinha no início da intervenção, sendo que esta recaída é significativa”*. Como o centro (CRI) se encontra em funcionamento há pouco tempo ainda não existem dados concretos do concelho, sobre a temática.

Ao nível das medidas de prevenção, segundo a entrevistada, *“falamos desta a três níveis: a prevenção universal com sessões de esclarecimento à população em geral; a prevenção indicada e seletiva”*. Está a ser implementado, nas escolas em Lamego, um conjunto de programas estruturados que abordam estas temáticas. Estas visam trabalhar as

competências pessoais e sociais para se sensibilizar sobre a utilização de substâncias ilícitas e do álcool. Sendo que os programas estão a ser implementados em Moimenta da Beira e do Alto Tâmega e Barroso, mas ainda não existem valores que permitam delimitar os resultados obtidos.

CONCLUSÃO

Como principal conclusão referimos que apesar do aumento de casos de alcoolismo e, podendo-se relacionar este aumento com o fator crise económica, que por si só constitui um período de mais fragilidade social e individual, isso não se reflete no número de casos referenciados de negligência infantil. Conclui-se também que apesar de se verificar que existe um número crescente de jovens e em idades cada vez mais precoces a iniciar-se no consumo de álcool, a faixa etária prevalecente no consumidor de álcool é adulta e situa-se entre os 30 e os 50 anos, sendo do sexo masculino.

No caso de a intervenção não ser possível precocemente, deve ser promovida e acompanhar a reabilitação do indivíduo alcoólico, avaliar todos os danos causados pelo fator álcool no meio familiar que o envolve, no sentido de uma progressiva capacitação e autonomia de todo o seio familiar.

A grande preocupação referida por ambas as entrevistadas no que se refere aos jovens, prende-se com o aparecimento cada vez mais frequente de casos de consumo de substâncias psicoativas.

No que se refere à negligência infantil, no número total de casos (66 casos transitados, no ano de 2013, a que se acrescentam 50 novos casos referenciados, desde Janeiro a 23 de Maio do presente ano) apenas três casos são referidos como tendo como causa o fator alcoolismo. Comparando o número total de casos registados no ano de 2008 até Dezembro de 2009, com os valores registados no ano de 2013, verificamos que houve um aumento de 60 casos no total. Se nos reportarmos ao número de casos reabertos verificamos que se verificou um aumento de 2 casos, mas no que se refere à comparação com o número de casos transitados podemos verificar que houve um aumento de 44 casos. Tendo como referência que 2008 foi o ano que assinalou o início da crise económica em Portugal, concluímos que esta terá tido efeito no aumento do número de casos.

Em termos de limitações, este trabalho não apresenta dados exatos sobre o alcoolismo e a sua evolução no concelho de Lamego, visto que o Centro de Respostas Integradas apenas está a exercer a sua atividade desde Janeiro deste ano, não tendo assim dados concretos que nos permitam concluir com exatidão a forma como evoluiu esta problemática, nomeadamente em relação às medidas de prevenção escolar, à taxa de consumo, e até mesmo às taxas de sucesso da intervenção do CRI.

Do ponto de vista de sugestões para novos trabalhos, considera-se oportuno aprofundar o estudo da negligência infantil nos seus diversos fatores e causas explicativas, sem nos cingirmos a apenas um deles. Podendo, igualmente, ser interessante estudar o aumento do consumo de substâncias psicoativas pelos jovens do concelho de Lamego, visto que foi um dos problemas referido por ambas as entrevistadas como sendo preocupante e em crescendo substancial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Fonseca, A., & Perdigão, A. (1999). *Guia dos Direitos da Criança* (2ª ed.). Lisboa: Instituto de Apoio à Criança.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2012). *Tipos de Violência Doméstica*. Consultado em 11 de Janeiro, 2014. Disponível em <http://apav.pt/vd/index.php/vd/tipos-de-violencia>
- Banks, S., & Nohr, K. (2008). *Ética prática para as profissões do trabalho social*. Porto: Porto Editora.
- Brito, L., (2011). *Maus tratos na infância: Da prevenção à Intervenção*. Consultado a 29 de Dezembro, 2013. Disponível em <http://maustratosnainfancia.wordpress.com>
- Carvalho, A., & Baptista, I. (2004). *Educação social: Fundamentos e estratégias*. Porto: Porto Editora.
- Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco de Lamego. (2009). *Relatório de Actividades 2008*. Consultado em 29 de Maio, 2014. Disponível em <http://cpcjlamego.no.sapo.pt/Relat2009.pdf>
- Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco de Lamego. (2010). *Regulamento interno*. Consultado em 19 de Maio, 2014. Disponível em <http://cpcjlamego.no.sapo.pt/regula.pdf>
- Coutinho, M. (2010, Jul/Set). Abuso sexual de crianças. *Boletim do Instituto de apoio à criança*, 97, Separata 31, 4-5. Consultado em 31 de Dezembro, 2013. Disponível em http://www.iacrianca.pt/images/stories/pdfs/boletim/separata_97.pdf
- Gallardo, J. A. (1994). *Maus tratos à criança*. Porto: Porto Editora.
- Instituto Nacional de Estatística. (s.d). *Censos 2011*. Consultado em 31 de Dezembro, 2013. Disponível em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE&xlang=pt
- Instituto Nacional de Estatística/Pordata. (2013). *Taxa de desemprego: total e por sexo (%) – Portugal*. Consultado em 31 de Dezembro, 2013. Disponível em

<http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+%28percentagem%29-550>

Mapa do crime. (s.d.) consultado em 11 de Janeiro, 2014. Disponível em <http://mapadocrime.com.sapo.pt/tipos%20de%20violencia.html>

Master, W. (2007). *Filhos de alcoólicos: serão diferentes?* Consultado a 28 de Outubro de 2013. Disponível em <http://alcoologia.net>

Mello, M., Barrias, J., & Breda, J. (2001). *Álcool e problemas ligados ao álcool em Portugal*. Lisboa: Europress.

Plano Nacional de Saúde. (s.d.) Consultado em 31 de Dezembro, 2013. Disponível em [pns.dgs.pt/files/2012/02/Perfil Saude 2013-01-17.pdf](http://pns.dgs.pt/files/2012/02/Perfil_Saude_2013-01-17.pdf)

Sottomayor, M. (2010, Jul/Set). A inferioridade social das crianças. *Boletim do instituto de apoio à criança, 97, Separata 3,1*, p3. Consultado em 31 de Dezembro, 2013. Disponível em http://www.iacrianca.pt/images/stories/pdfs/boletim/separata_97.pdf

Unicef Portugal. (s.d.). *Direitos da Criança*. Consultado em 12 de Novembro, 2013. Disponível em <http://www.unicef.pt/>

5. A atuação do Serviço Social no Autismo

Ana Rodrigues, Analiza Baía, Cristina Cruz, Daniela Chaves, Sarah Gama¹

RESUMO: Este trabalho irá abordar a intervenção do Assistente Social no autismo, tendo como base teórica diversas informações relativamente ao autismo: as causas; os sintomas e tratamentos; incluindo, também, o estudo das técnicas e metodologias de intervenção que cabem ao assistente social diante de famílias com crianças autistas. O objetivo deste trabalho é entender como o Assistente Social intervém junto destes indivíduos. Assim, a nossa parte prática é direcionada para uma associação que trabalha com indivíduos autistas, onde atuam, simultaneamente, Assistentes Sociais. A Associação Portas P'ra Vida, na região de Lamego, engloba nos seus utentes, pessoas com autismo e tem também presente um Assistente Social. Esta associação torna-se, assim, na base da nossa parte prática para entendermos como se efetiva a intervenção do Assistente Social. Como principais resultados está exposto que o assistente social tem uma intervenção fulcral no acompanhamento destes indivíduos, pois detém competências e conhecimentos suscetíveis de contribuir para a sua integração no meio envolvente.

Palavras-chave: Assistente Social, Serviço Social, Autismo, Intervenção.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objeto principal de estudo o autismo, tendo a pesquisa sobre o tema, numa primeira fase, sido orientada pelo propósito de informar os autores sobre o que é o autismo, o espectro do autismo, os seus sintomas, as causas, os tratamentos e programas que lhe estão associados. Posteriormente, a investigação em torno do tema orientou-se para as atividades, técnicas e metodologias que um assistente social pode mobilizar para intervir em casos de autismo.

Este trabalho assume uma grande importância para os autores pois é um tema sobre o qual nos queríamos informar e documentar devido ao facto de não haver muita informação disponível e por considerarmos ser uma temática relevante para a nossa futura prática profissional. Sendo que o objetivo deste trabalho passa por entender a que nível o Serviço Social está ligado a este problema e como pode atuar.

¹ Discentes do 1º ano do regime diurno.

O grupo desejava que a parte prática fosse realizada na região de Lamego, que é onde se situa, e, para tal, procurou associações que estivessem ligadas ao autismo. Após a pesquisa, decidiu direcionar a parte prática do estudo para a Associação Portas P'rá Vida.

Previamente à realização de um breve questionário, foi empreendido um primeiro contacto com a assistente social desta associação, de modo a perceber qual a sua disponibilidade para participar na recolha de informação. Dado o seu aval, ficou decidida a abordagem empírica a realizar bem como o instrumento de recolha de dados a utilizar.

Como principais conclusões extraídas da análise dos dados recolhidos pode-se deduzir que o Serviço Social participa no trabalho desenvolvido nas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), como a que foi estudada, contribuindo, designadamente para a sensibilização para os problemas da população mas também para o trabalho de parceria que há a realizar com outras instituições e grupos sociais, como é o caso das famílias. O Assistente Social pode intervir ao nível da utilização de técnicas e metodologias particulares, como por exemplo, pela elaboração de um diagnóstico relacionado com um indivíduo autista.

CONCEITO DE AUTISMO

O conceito do autismo é muito abrangente e vários autores o definem de forma diversa e, por vezes, divergente, ainda que partilhem, pelo menos, um ponto em comum, afirmando que o autismo é uma perturbação psicológica que tem como influência certos fatores genéticos.

Segundo o Dicionário de Língua Portuguesa (2003), o conceito de autismo é um “estado mental caracterizado por uma concentração patológica do indivíduo sobre si mesmo” (p. 179).

Refletindo em torno de outras definições do conceito percebe-se que o autismo é uma perturbação psicológica que pode ser considerada grave, em que o indivíduo vive apenas para ele próprio, manifestando uma indiferença aparente para com a realidade que o rodeia. O autismo observa-se ou diagnostica-se com maior frequência em crianças com idade inferior a três anos de idade (knoow.net, 2008).

Segundo Afonso (2011), o autismo é:

Um distúrbio do desenvolvimento e apresenta uma incidência cerca de 34/10000 indivíduos. Esta patologia manifesta-se na infância, perdurando ao longo da vida podendo gerar uma grande variedade de quadros clínicos, como dificuldades de interação social e de comunicação, comportamentos repetitivos e estereotipados. Os factores genéticos representam um papel importante, apesar da sua origem por vezes incerta. (p. 12)

Ainda por Martins (2011), o autismo é:

Uma perturbação global do desenvolvimento caracterizada por défices na interação social e comunicação, e comportamentos repetitivos e interesses restritos. Esta perturbação é quatro a cinco vezes mais frequente no sexo masculino. Apesar de não existirem evidências suficientes sobre a sua causa, pensa-se que esta perturbação tenha uma forte base genética. O atraso ou ausência total do desenvolvimento da linguagem é geralmente o primeiro sinal de alarme para a perturbação autística [...] e está entre os principais critérios para diagnosticar a perturbação autística. (p. 6)

Refletindo sobre estas definições, podemos dizer que o autismo é uma doença psicológica associada a características genéticas que são transmitidas através do código genético e que vão afetar o indivíduo, inibindo principalmente algumas características e competências motoras e sociais.

É comum ouvir-se falar do Espectro do Autismo, não sendo necessariamente sinónimo de autismo, pois este espectro engloba várias perturbações neuropsiquiátricas, designadas por Perturbações Globais do Desenvolvimento que apresentam uma grande variedade de sintomas. O autismo encontra-se neste espectro, em conjunto com outras perturbações, partilhando sintomas semelhantes mas apresentando, igualmente, características específicas (FPDA – Federação Portuguesa de Autismo, 2014).

Causas e Sintomas

O autismo é uma doença ligada ao cérebro, sendo uma doença do foro psicológico. Ainda não se descobriram as razões e causas exatas associadas à sua ocorrência, mas os investigadores não desistiram de tentar compreender este estado mental. Até agora têm atribuído uma grande importância à genética, afirmando ainda que, numa família em que a síndrome do autismo esteja presente, o aparecimento das anomalias cromossómicas e os problemas ligados ao sistema nervoso são mais prováveis de acontecer (*Minha Vida: saúde, alimentação e bem-estar*, s.d.).

Os sintomas que um autista pode apresentar são vários. Estes indivíduos não interagem socialmente com outros indivíduos e apresentam muitas dificuldades de comunicação

verbal e não-verbal. As crianças podem começar a apresentar sintomas depois do seu primeiro ou segundo ano de vida, mostrando uma regressão no desenvolvimento, comunicação e interação, ou seja, o que foi adquirido anteriormente pelas crianças começa a ser perdido. Depois destes sintomas iniciais, novos sintomas podem surgir, podendo os cinco sentidos tornar-se mais ou menos sensíveis ao que seria de esperar em indivíduos com um padrão normal de desenvolvimento.

Os indivíduos autistas ficam muito ligados às rotinas diárias, repetem inúmeras vezes o mesmo movimento e não criam relações emocionais, apresentam uma tendência para fixar o olhar em determinados estímulos e não dão atenção ao meio envolvente. É importante referir que estes sintomas não se manifestam todos da mesma maneira, podendo variar de indivíduo para indivíduo, pois não se encontram dependentes da idade mas sim do grau em que o autismo se encontra e do tratamento que é prestado ao indivíduo (*Minha Vida: saúde, alimentação e bem-estar, s.d.*).

Tratamentos

Tal como em várias outras doenças, um diagnóstico feito precocemente pode melhorar o nível de vida destes indivíduos, diminuindo os seus sintomas. O diagnóstico precoce pode contribuir para a determinação das características particulares e do grau de autismo associado permitindo o direcionamento ajustado, pelo profissional de saúde, do indivíduo aos tratamentos intensivos que lhe são mais adequados, beneficiando em muito as perspetivas de melhoria destas crianças.

Os tratamentos para autistas devem incluir um programa em que esteja contemplada uma série de atividades construtivas e de treino para os indivíduos. Estes programas são mais bem-sucedidos quando são mais direcionados às necessidades específicas que foram identificadas. Segundo a nossa análise há mais do que uma terapia para o tratamento do autismo, sendo uma dessas terapias a Análise Aplicada do Comportamento (ABA). Os pacientes podem ainda recorrer a medicamentos, à terapia da fala, à fisioterapia e a outras terapias para o tratamento do autismo.

A Análise Aplicada do Comportamento (ABA) mostrou ser eficaz em alguns casos. Este tratamento utiliza uma abordagem individual que consiste no treino de habilidades de modo individual, que se aproximem das atividades implícitas num processo de desenvolvimento

normal. É um tratamento dispendioso e muitos pais não têm possibilidades de o aplicar. Sendo assim, podem tentar melhorar as capacidades do seu filho através de outros tratamentos, como os medicamentos que são usados para tratar o comportamento agressivo do indivíduo, que servem também para tratar problemas de ansiedade, atenção, alterações de humor, deixando o paciente mais calmo.

Algumas crianças com autismo evidenciam, ainda, algumas melhoras quando são colocadas numa dieta sem glúten, que pode ser encontrado nos cereais, como o trigo, o centeio e a cevada. Esta abordagem não é muito conhecida e é pouco testada pelo que não reúne consenso científico, não sendo assim defendida por muitos (*Minha Vida: saúde, alimentação e bem-estar*, s.d.).

O desempenho de um indivíduo autista

O indivíduo autista apresenta um mau funcionamento particular em relação a atividades cerebrais, como a reprodução e a motivação. É muito difícil para o indivíduo, neste caso para a criança, pegar em pequenas coisas e transformá-las em algo mais complexo, como por exemplo organizar conceitos, tarefa que é muito difícil para eles. Quanto mais abstratos forem os conceitos pior, tornando mais difícil a realização das tarefas que envolvam esta forma de raciocínio.

Um indivíduo autista pode apresentar os seguintes traços: não construir relações sociais com outras pessoas; não desenvolver competências comunicacionais, tendo muita dificuldade em comunicar de forma verbal e não-verbal; não demonstrar sentimentos, ou seja, não demonstrar carinho nem gestos carinhosos em relação às pessoas que deles cuidam, como a mãe ou os irmãos, por exemplo. O facto de não imitarem as pessoas faz com que os indivíduos autistas não realizem a aprendizagem por imitação, não se desenvolvendo segundo os padrões normais de desenvolvimento.

A comunicação não-verbal também não é, usualmente, normal: eles ligam o seu contacto visual a um objeto não dando atenção ao que os rodeia, apresentando o que se designa por “olhar vazio”. Ainda assim, é possível observar-se a emissão de sons por parte destes indivíduos, mas estes sons podem não ser palavras e podem nem fazer sentido para quem observa.

Geralmente, os autistas não criam relações com o meio em que estão inseridos, não interagindo nem brincando com crianças ou adultos. É comum apresentarem problemas de atenção e falta de criatividade, sendo o seu interesse pelas coisas muito limitado. Não sendo regra, a sua atividade motora tende a ser pouca. Quando não são acompanhados por profissionais é previsível que tendam a manter este tipo de comportamentos não desenvolvendo competências (Pereira, 1996).

Podemos, assim, deduzir, através do autor, que sem o acompanhamento devido, um indivíduo autista não consegue ter padrões de desenvolvimento e aprendizagem dentro dos padrões normais, pois a falta de atenção é um entrave à aprendizagem, e a reduzida atividade motora não deixa os indivíduos exprimirem-se adequadamente nas atividades escolares.

Os estudos sobre o Autismo

Foi Leo Kanner o autor que abordou pela primeira vez o autismo, em 1943. Falando, nessa altura, em certas crianças que se isolavam, que tinham dificuldades de comunicação verbal e que eram muito ligadas às suas rotinas diárias. Associando, deste modo, os sintomas à designação da doença (Pereira, 1996).

Nos anos que se seguiram, os investigadores interessaram-se por esta doença e deram-lhe importância nos seus estudos. Foram conduzidos estudos sobre os comportamentos verbais, a atividade motora e a memorização, isto em 1989. Já na década de 70, afirmou-se que era a parte cognitiva que se constitui, nos autistas, como um entrave ao seu relacionamento social com as outras pessoas e como fator explicativo para a ausência de relações de afeto (Pereira, 1996).

Nestes estudos iniciais, pensava-se que o autismo era causado por fatores psicológicos e pela maneira como os pais tratavam dos seus filhos, hipótese que veio a ser afastada através dos contributos da medicina que considerava o autismo como sendo um problema do foro neurológico, apesar de não se conhecer na plenitude esta doença.

Um indivíduo autista pode apresentar sintomas desde o seu nascimento, que é o que acontece em 70% dos casos, como é indicado por estudos feitos na área. Os sintomas podem aparecer também antes do terceiro ano de vida de um indivíduo que até àquele momento

tinha vindo a evidenciar um desenvolvimento normal, o que acontece nos restantes 30% dos casos (Pereira, 1996).

A criança não interage socialmente e não presta atenção ao que acontece em seu redor. Não reage quando chamam por ela, não demonstra afeto, como o sorriso, e não estabelece contacto visual. Tem preferência para ficar sozinha, no seu mundo, e apenas sente necessidade de ter os outros por perto quando precisa de satisfazer as suas necessidades (Pereira, 1996).

ASSOCIAÇÃO PORTAS P'RA VIDA

A Associação Portas P'ra Vida é uma instituição situada na região de Lamego, tendo a seu cargo indivíduos portadores de variadas deficiências, sendo que possui apenas um indivíduo portador de autismo (Portas P'ra Vida, s.d.).

A equipa técnica engloba um assistente social, um educador social e dois psicólogos.

Na nossa pesquisa inicial ficámos a saber que o assistente social não intervém diretamente junto do indivíduo autista. A equipa técnica elabora planos de atividades para os indivíduos da instituição, sendo que mais especificamente o assistente social planeia atividades para o indivíduo autista, como sejam: certas saídas ao exterior; faz a gestão dos recursos humanos; bem como do material que é necessário.

Este técnico trabalha com a família e com o indivíduo, no sentido de resolver os problemas que possam sentir, estejam eles direta ou indiretamente relacionados com a deficiência de um dos seus membros.

Ao direcionarmos a parte prática do presente estudo para esta associação, inquirindo o assistente social que nela trabalha, podemos alcançar a informação necessária e compreender os processos e instrumentos de intervenção utilizados pelo assistente social nestes casos, ou seja, quais são as técnicas e metodologias utilizadas na intervenção.

FUNÇÕES GERAIS DE UM ASSISTENTE SOCIAL

Tal como pudemos apreender com base em informações obtidas em contexto de sala de aula, no geral o Assistente Social tem funções como, acolher e atender o indivíduo, o que permite a recolha dos dados necessários para a elaboração de um diagnóstico. Estes dados

são sobre a situação-problema do indivíduo e sobre a sua história de vida e pretende-se que sejam relevantes para a elaboração do diagnóstico, ou seja, devem ser informações que ajudem o assistente social a organizar os recursos para uma melhor intervenção (N. Menezes, Testemunho Oral, Abril, 2014).

Através dos dados recolhidos e das informações dadas pelos indivíduos, o assistente social tem que ser capaz de detetar quais são as principais problemáticas a carecerem de tratamento/intervenção (N. Menezes, Testemunho Oral, Abril, 2014).

Para promover a reintegração dos indivíduos e de modo a que estes estejam devidamente informados sobre os seus direitos sociais, o assistente social tem o dever de informar o indivíduo, pois muitas vezes é a falta de informação que dificulta a integração de um indivíduo no meio. O dever de informar contribui, em paralelo, para prevenir situações de desigualdade/injustiça social, permitindo orientar o cliente e os seus familiares, de acordo com as necessidades identificadas (N. Menezes, Testemunho Oral, Abril, 2014).

Outras das funções do assistente social é a de capacitar, ou seja, trabalhar com o indivíduo e a sua família de forma a potenciar as suas capacidades e características, para que seja possível uma reintegração mais fácil e mais bem sucedida no meio social. É de salientar que este trabalho pode ser e é, na maioria das situações, realizado em equipa, por exemplo com a equipa técnica que, no caso da instituição eleita para observação no presente artigo, é constituída por um assistente social, um educador social e dois psicólogos (N. Menezes, Testemunho Oral, Abril, 2014).

O assistente social tem ainda de encaminhar o indivíduo, caso seja necessário, para uma outra instituição que esteja mais especificadamente ligada à área do seu(s) problema(s) (N. Menezes, Testemunho Oral, Abril, 2014). Para além destas funções, o assistente social pode ainda realizar visitas domiciliárias e entrevistas para uma melhor avaliação e para complementar os dados essenciais à realização do diagnóstico, sendo importante salientar que este diagnóstico não tem uma data limite para estar concluído, o sentido em que vai sendo construído ao longo de todo o processo de acompanhamento conduzido pelo assistente social (P. Duarte, Testemunho Oral, 21 de Maio, 2014). Tal como podemos verificar, o assistente social tem um papel muito diversificado e muito importante, não devendo o seu trabalho ser desvalorizado.

METODOLOGIA

A componente teórica do nosso trabalho foi baseada em pesquisas feitas *online* e, assim, foi possível compreender o que era o autismo, quais as suas causas, os seus sintomas e tratamentos, ou seja foi possível ficar a conhecer um pouco melhor esta temática. Nesta componente, também se considerou oportuna a inclusão de um capítulo a apresentar a instituição com que trabalhamos na parte prática e, posteriormente, um último capítulo que refletiu sobre as funções que norteiam a atuação do assistente social, contendo informação útil para a discussão de resultados.

Após a pesquisa inicial, o grupo decidiu direcionar a componente empírica do estudo para uma instituição, tal como referido anteriormente, em que fosse possível evidenciar o trabalho do assistente social no âmbito desta problemática. Assim, o objeto de recolha de dados aplicado foi um breve questionário colocado à Assistente Social da instituição Portas P'rá Vida, situada na região de Lamego, no distrito de Viseu.

A seleção do inquérito por questionário justifica-se por ser mais cómoda a sua aplicação, visto que nenhum dos elementos do grupo possui meio de transporte próprio que possibilitasse a deslocação até à instituição pretendida.

No início do desenvolvimento do trabalho de campo e após termos escolhido a instituição, o grupo entrou em contacto com a mesma por via telefónica, tendo-nos sido fornecidos os primeiros dados sobre a mesma, designadamente sobre a composição da equipa técnica e dos tipos de deficiência com que a instituição trabalha na atualidade. Só mais tarde é que conseguimos entrar em contacto com a Assistente Social que, de igual forma, na sua primeira abordagem nos falou do trabalho desempenhado na instituição e referiu que trabalha com os indivíduos e com as suas famílias, mesmo que os problemas evidenciados não estejam diretamente relacionados com a deficiência presente no sistema/cliente.

Posteriormente, foi aplicado um breve questionário à Assistente Social da instituição Portas P'rá Vida, que continha cinco perguntas de resposta aberta, em que para além da descrição do seu trabalho com estes indivíduos, pudesse dar a sua opinião profissional sobre algumas questões.

O instrumento de recolha de dados foi aplicado por correio eletrónico, sendo que os dados também foram recolhidos por correio eletrónico.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

Perante as respostas enviadas pela Assistente Social da instituição Portas P'rá Vida e através de uma análise desses dados podemos deduzir que o assistente social tem uma função fulcral na reintegração dos indivíduos com deficiência no seu meio envolvente, capacitando-os e trabalhando as suas capacidades, assumindo-se, neste trabalho, como essencial, o envolvimento do cliente com o seio familiar, visando uma intervenção mais adequada.

Quando inserido numa instituição, o assistente social tem um papel muito diversificado, não se resumindo só à intervenção junto do indivíduo e da sua família: através dos dados cedidos, vemos que o assistente social assume variadas funções quando desenvolve o seu trabalho junto do indivíduo. No contexto da equipa técnica, que no caso da instituição estudada é composta por dois psicólogos, um assistente social e um educador social, o assistente social tem como uma das suas principais funções a criação de um plano individual de utente, onde devem constar as limitações desse mesmo utente/cliente e as atividades que pode realizar, tendo sempre em conta as suas limitações.

Constatamos que é necessário estruturar e organizar um programa de acolhimento para os indivíduos que integram a instituição. Através deste programa é necessário recolher informações úteis, através da assistente social e da equipa técnica e, ainda, por pessoas próximas ligadas ao sistema/cliente, que possam contribuir para a elaboração de um programa individual que promova o desenvolvimento do indivíduo, o seu bem-estar e a sua inclusão social.

Em conclusão, com base na opinião profissional da assistente social que foi inquirida, podemos verificar que há ainda muito para ser melhorado e que todas as mudanças têm que partir da consciencialização da sociedade.

Refletindo e discutindo teoricamente os dados anteriormente analisados, à luz das evidências e factos apurados com base nas pesquisas realizadas na parte teórica deste artigo, podemos perceber que a assistente social nos cedeu informação sobre algo que não tínhamos considerado: a importância da intervenção do assistente social (não exclusivamente com indivíduos portadores de deficiência), que pode ser realizada a vários

níveis, destinando-se, primordialmente, a capacitar os indivíduos para a integração ou reintegração no seu meio envolvente.

A pesquisa anterior só nos tinha informado sobre as funções gerais do assistente social (N. Menezes, Testemunho Oral, Abril, 2014), mas o seu trabalho situa-se muito para além do anteriormente mencionado, não se restringindo à sua atuação junto dos indivíduos. O seu trabalho pode abranger, por exemplo, a organização e promoção de ações de divulgação e sensibilização e a prestação de apoio psicossocial, ou seja, criar campanhas para sensibilizar uma população alvo sobre uma determinada temática. Estes dados vão ao encontro das evidências teóricas que havíamos apurado sobre a generalidade das funções do assistente social ao trabalhar junto de indivíduos, que como referimos são: acolher e atender o indivíduo; detetar e informar; e também capacitar o indivíduo (N. Menezes, Testemunho Oral, Abril, 2014).

A complementar estes dados vemos que o diagnóstico e a cooperação em equipa multidisciplinar, referidos pela assistente social, podem ser inseridos nas funções gerais desempenhadas junto de um cliente (N. Menezes, Testemunho Oral, Abril, 2014). É preciso referir que o trabalho junto do indivíduo também tem que ser realizado com a colaboração da família (caso esta a tenha), pois a informação adicional dela provinda pode ser importante para uma intervenção mais ajustada e pode, em paralelo, ser necessário trabalhar com a própria família para depois se trabalhar com o sistema/cliente, evidência que teoricamente não havíamos refletido. Ou seja, é necessário que se desenvolva um diagnóstico social em que sejam identificadas as principais problemáticas que necessitam de serem resolvidas com mais urgência.

O Plano Individual, tal como o diagnóstico social, não tem data limite para estar concluído, pois vai sendo alterado e melhorado ao longo de toda a intervenção, dado que é necessário ajustar, em permanência, os objetivos, dependendo dos resultados que vão sendo obtidos (P. Duarte, Testemunho Oral, 21 de Maio, 2014).

De acordo com as informações teóricas suprarreferidas, a assistente social considera que existe todo um conjunto de questões que devem e podem ser melhoradas, sendo que o mais importante é o modo de pensar da comunidade envolvente, ou seja, tem que haver

consciencialização para uma aceitação e uma mais fácil integração destes indivíduos na sociedade.

CONCLUSÃO

Este artigo foi muito útil para os seus autores, pois permitiu obter uma outra perspetiva do trabalho de um assistente social e das suas funções gerais, que são aplicadas em diversas áreas.

Vimos que o assistente social tem uma participação fundamental no acompanhamento de indivíduos portadores com deficiência, pois tem capacidades e competências para os encaminhar, orientar e autonomizar, criando atividades e programas especiais para estes mesmos indivíduos.

Em suma, é nossa opinião que a profissão do assistente social é pouco reconhecida, não sendo possível encontrar muita informação sobre as suas funções, a não ser com base em livros técnicos ou a partir dos próprios profissionais que intervêm nas diferentes áreas, sendo uma profissão que sofre de pouco conhecimento e valorização, quando comparada a outras, não tendo um papel devidamente reconhecido na sociedade.

O tema do autismo está, também ele, pouco retratado: encontra-se informação que, quando comparada relativamente a outras deficiências, peca por ser parca, sendo, deste modo, um tema desconhecido pela sociedade que aparece associado a alguma discriminação.

Em relação à intervenção do assistente social junto de indivíduos autistas, a informação é muito escassa, quase inexistente, sendo a maior fonte de informação a que tem origem nos profissionais que estão inseridos na área. Por todas estas razões, não foi fácil elaborar este artigo, considerando-se que os testemunhos orais obtidos em contexto de sala de aula, junto dos professores da ESTGL, foram fulcrais à sua realização, ao mesmo tempo que nos permitiram consolidar os recursos teóricos.

Para estudos futuros aconselhamos a procura de informação sobre o assistente social em livros técnicos sobre a temática, pois apesar de não existir nenhum livro específico sobre o Serviço Social no Autismo, as funções e o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais podem ser extrapolados com base em outros contextos profissionais.

Pode ser que no futuro se venha a assistir à constituição de uma Ordem dos Assistentes Sociais, um organismo que acreditamos, à semelhança do que acontece noutros países, venha regular a profissão e conferir-lhe o respeito e reconhecimento que consideramos que a sociedade ainda não detém, em particular no contexto do seu trabalho com pessoas portadoras de deficiência e, neste, com autistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Afonso, T. S. (2011). *Estudo da etiologia do autismo utilizando a técnica de MLPA*. Obtido em 2 de Dezembro de 2013. Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/handle/10316/18844>
- Autismo. (2003). In *Dicionário da Língua Portuguesa* (p. 179). Porto: Porto Editora.
- Brandão, K. (4 de Outubro de 2011). *Autismo e possibilidades*. Obtido em 2 de Dezembro de 2013. Disponível em <http://autismoepossibilidades.blogspot.pt/2011/10/conhecendo-pessoa-autista-e-as.html>
- Correia, L. (1999). *Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares*. Porto: Porto Editora.
- Federação Portuguesa de Autismo. (2003). *Autismo*. Consultado em 30 de Outubro, 2013. Disponível em <http://www.fpda.pt/>
- Federação Portuguesa de Autismo. (2014). *Autismo*. Consultado em 7 de Maio, 2014. Disponível em www.fpda.pt/autismo_1
- know.net, E. (25 de Setembro de 2008). *Doenças-descrição e sintomas: conceito de autismo*. Obtido em 2 de Dezembro de 2013. Disponível em <http://www.knoow.net/cienmedicas/medicina/autismo.htm#vermais>
- Martins, A. L. (Junho de 2011). *Avaliação dos distúrbios da linguagem no autismo infantil*. Obtido em 2 de Dezembro de 2013. Disponível em <https://ubithesis.ubi.pt/handle/10400.6/963>
- Minha Vida: saúde, alimentação e bem-estar*. (s.d.). Consultado em 4 de Dezembro, 2013. Disponível em <http://www.minhavidacom.br/saude/temas/autismo>
- Pereira, E. (1996). *Autismo: do conceito à pessoa*. Lisboa: Secretariado Nacional de Reabilitação.
- Portas P'rá Vida. (s.d.). *Instituição*. Consultado em 8 de Maio, 2014. Disponível em http://www.portaspravida.com/home/index.php?option=com_content&view=article&id=53&Itemid=34
- Soares, S. (2008-2009). *O Espectro do Autismo*. Consultado em 4 de Dezembro, 2013. Disponível em <http://repositorio.esepf.pt/bitstream/handle/10000/281/Pg-EE-2009CarlaSofiaSoares.pdf?sequence=2>

6. Solidariedade: evolução e ação

Ana Santos, Hugo Lopes, Mauro Oliveira¹

Resumo: O tema solidariedade é dissecado neste artigo de acordo com os seus divergentes sentidos, perspetivas e orientações. Reportando à sua origem, analisando a sua evolução, contextualizando-o na modernidade, analisando a transição das lógicas de ação caritativa para as lógicas de ação solidária, referenciando-o enquanto doutrina social da Igreja e enquanto princípio de Estado, o conceito de solidariedade é aludido através do seu teor ético-normativo no plano social, político e económico. Não almeja este artigo fornecer respostas irrefutáveis sobre a temática, pretende sim introduzir conceções devidamente fundamentadas ao nível da ética e da moral, que suscitem discussão, transportando-nos, estas, para a dimensão da solidariedade enquanto ação.

Palavras-chave: Solidariedade, Solidariedade Arcaica, Solidariedade Orgânica, Moral, Ética.

O conceito de Solidariedade

A sociedade da pós-modernidade encarna em si conceitos e ideias tão antigos como a própria vivência em sociedade. Um deles, de profunda matriz evolutiva, é o de Solidariedade.

Não almeja este artigo fornecer respostas irrefutáveis sobre a temática, uma vez que o conceito de Solidariedade incorpora em si múltiplas interpretações, dependendo portanto da subjetividade do leitor. Todavia, pretendem-se introduzir conceções devidamente fundamentadas que suscitem discussão, transportando-nos estas para a dimensão praxeológica da solidariedade.

Etimologicamente, Solidariedade é uma palavra de origem francesa que advém de *Solidarité: Dependência mútua entre os Homens, que faz com que uns só possam ser felizes e desenvolver-se se os outros também o conseguirem: uma Nação é pois uma grande solidariedade* (Augé, 1993)². Poderemos depreender que o conceito comporta múltiplas dimensões que estarão entrelaçadas entre si: social, política, religiosa, sociológica e até psicológica. Alargando o hiato temporal da análise ao conceito, os Romanos já o utilizavam

¹ Assistentes sociais. Ex-alunos do ciclo de estudos de licenciatura em Serviço Social da ESTGL.

² “Solidarité” (*Dépendance mutuelle entre les hommes, qui fait que les uns ne peuvent être heureux et se développer que si les autres le peuvent aussi: une nation est donc une grande Solidarité*) in (Augé. 1993)

nas relações jurídicas: *In Solidum*, que segundo Brunkhorst significava o dever para com o todo, a responsabilidade geral, a obrigação coletiva (*obligation in Solidum*). Mais do que um imperativo social, a Solidariedade na Pré-Modernidade anexava um reconhecimento do indivíduo para com os seus semelhantes, ou seja, entre os indivíduos e a própria sociedade. Poderemos afirmar que a Solidariedade é um conceito imutável nas sociedades, mas de cariz evolutivo, assumindo-se, intrinsecamente, como um valor universal, aplicável a todos os indivíduos. Politicamente, poderemos também vislumbrar manifestações de Solidariedade na Grécia Antiga: em todas suas ações, todos os homens visam o que pensam ser o bem. É então manifesto que, na medida em que todas as comunidades visam algum bem, a comunidade mais elevada de todas e que engloba todas as outras visará o maior de todos os bens (Aristóteles, 2009).

A Polis enquanto comunidade coesa, depreende-se das palavras de Aristóteles, assentava na solidariedade dos seus membros/comunidades menores na busca pelo maior dos bens. Além disso, a causa final, o fim de uma coisa, é o seu melhor bem, e a autossuficiência é, simultaneamente, um fim e o melhor dos bens. O homem necessitava da vida em comunidade para atingir o bem maior que era a autossuficiência. Ela seria assente na necessidade individual do sujeito que, dotado da sua capacidade de associação, tornaria a comunidade num pólo positivo (Aristóteles, 2009).

A Solidariedade Política permitiria, portanto, aos homens viver em relação com outros homens em estreita relação comunitária. Para Hegel, na obra “O Sistema da Vida Ética”, esta relação comunitária é o primeiro sistema do movimento na totalidade, em que a absoluta identidade está totalmente oculta como sentimento, incorporando em si um sistema de necessidade: um sistema universal de dependência física recíproca, de uns em relação aos outros. Poderemos e deveremos, assim, considerar a existência deste tipo de sentimentos de reciprocidade entre os indivíduos na Pré-Modernidade como uma das primeiras manifestações de solidariedade, visto incorporar a dimensão psicológico-relacional, bem como a de defesa.

Arendt, em “O Conceito de Amor em Santo Agostinho”, considera o aparecimento da Cristandade, ela própria agregando em si uma forte dimensão caritativa³, como um elemento que irá, de forma gradual, contribuir para a evolução do conceito. Assim, jamais poderemos abordar a Solidariedade sem antes atracar ao conceito de caridade, e especialmente à dimensão que Santo Agostinho lhe atribui, consubstanciada no amor ao próximo e na posição do indivíduo perante si próprio, bem como perante Deus.

Santo Agostinho considerava dois tipos de amor: o falso amor que ancorava o homem à vida mundana, encarnado na Cobiça; o amor justo, com uma matriz transcendente e que ambicionava a eternidade, a Caridade. Ambas incorporam sentimentos de pertença a algo, sendo o amor o equilíbrio entre o indivíduo e aquilo que ele ama, por contraponto à cobiça que é mundana, corruptível e desagregadora, e a caridade como busca da eternidade, tornando-se ela própria eterna. A caridade em vida permitiria ao indivíduo atingir um futuro absoluto onde habitaria após a sua morte, sendo o mundo terreno visto como um deserto para os fiéis, ao invés de uma habitação – *Mundus iste omnibus fidelibus quaerentibus patriam sic est, quomodo fuiteremus populo Israel*.⁴ Assim, a vida terrena era uma prova de superação até à altura de embarcar na viagem para o Verdadeiro Mundo.

A visão da natureza humana, após Santo Agostinho, pouco se modificou, estando, por conseguinte, muito assente no facto de o Homem estar sujeito a uma lei superior/teológica, buscando a salvação eterna. Porém, tal facto altera-se no início do séc. XVI, com a consolidação do Renascentismo, em que Maquiavel foi figura ímpar e profundo alavancador da mudança ontológica que daí decorreu, nomeadamente na forma de caracterizar o homem e tudo o que lhe era intrínseco. A sua obra “O Príncipe” é quase um tratado político, onde há um elogio da elevação e da capacidade pensante e crítica do Homem. Ou seja, estamos perante uma ponte da essência do homem que parte da era teológica para a era da razão.

Concomitantemente, Descartes, o matemático francês, imprime o seu cunho pessoal nas alterações filosóficas que ocorrem, através da sua insistência na autonomia individual, tendo

³ O apóstolo S. Paulo, no seu evangelho, afirma que os cuidados e a caridade dos cristãos deveriam ser oferecidos mesmo àqueles que não pertencessem à comunidade de fiéis (Arendt, 1997).

⁴ Este mundo é para os fiéis que procuram a pátria aquilo que o deserto foi para a população de Israel.

por base a objetividade e a lógica, na ascensão de como o eu se relacionava com o mundo exterior, bem como na diferença existente entre o perceber e o pensar.

Centrando-nos novamente na Solidariedade, a partir do séc. XVI, Locke, em “A Carta sobre a Tolerância”, distingue quatro espécies de leis: a lei divina ou moral; a lei política/humana; a lei fraterna ou de caridade; a lei privada. Segundo ele, a lei fraterna ou de caridade era uma forma de obrigação de amor ao outro, manifestando-se a tolerância de uma Igreja pela virtude e interioridade, compaginadas na caridade e na benevolência. A par, todos os direitos de humanidade e de cidadania deveriam ser considerados sagrados, devendo ser regra da justiça os deveres de benevolência e de caridade. Consequentemente, estes dois novos conceitos apresentam-se agregados ao conceito maior, que designámos por Solidariedade arcaica. Todavia, as alterações decorrentes da Revolução Francesa (assentes na ideia de liberdade, igualdade e fraternidade), e que têm como génese toda a obra de Jean-Jacques Rousseau, nomeadamente na obra “Contrato Social”, em que o autor advoga a defesa de um Estado Social assente na soberania popular, devendo os indivíduos metamorfosear os seus direitos naturais em direitos civis. O autor rejeitava a posição da natureza inatamente má de Thomas Hobbes e de Maquiavel.

Rousseau considerava que a sociedade moderna corrompia o homem e que este, na sua génese, era eminentemente bom, e deu como exemplo o facto das crianças e dos indivíduos não aculturados serem moralmente superiores. Se a sua doutrina aplicada à Revolução Francesa, redundou no Idealismo primordial de 1789, posteriormente descambou para o Terror de 1792, mas as suas ideias serão fator impulsionador de nova evolução no conceito de Solidariedade, muito mais contemporâneo.

O ano de 1888 assume-se de importância primordial para o conceito de Solidariedade, sendo Émile Durkheim o seu primeiro grande teorizador, na obra “A Divisão do Trabalho Social”. O confronto entre Solidariedade Mecânica e Solidariedade Orgânica tem sido, desde então, alvo de grande discussão. Perceber estes dois conceitos que, à partida e aparentemente, pouco poderiam diferir é penetrar no mundo social. A solidariedade Mecânica transporta-nos para a semelhança, e nomeadamente para as sociedades mais tradicionais, em que os indivíduos pouco ou nada diferiam entre si, visto que existia uma partilha indiscutível de valores, sentimentos e convicções. Havendo, portanto, uma

sobreposição do coletivo ao individual. A Solidariedade Orgânica seria a antítese, sendo aquela que caracterizava as sociedades modernas. Durkheim, como teorizador da divisão do trabalho, considerava que a interdependência de papéis, ao invés de ser fator desestabilizador, era uma forma complementar da vivência em sociedade, reforçando-a e elevando a cooperação. Assim, a diversidade de crenças e valores seria uma forma de alavancagem da pluralidade e da complementaridade no reconhecimento do outro como membro integrante de um todo. Para o autor, a Solidariedade Orgânica incorporava, todavia, uma falha, consubstanciada na anomia, ou seja na possibilidade de existir uma desagregação social, consequência da multiplicidade inerente. Deste modo, depreende-se que o problema apresentado era essencialmente de índole moral, e que a sociedade deveria ser dotada de fortes edificações coletivas de modo a enquadrar os indivíduos, tendo por base as normas sociais e, subliminarmente, agregados certos valores morais e educacionais.

Contemporâneo de Durkheim, Bourgeois (1890) também abordou o tema, na “Teoria da Dívida Social”: “Cada era juntou alguma coisa à herança da era precedente, e esta é a lei do crescimento contínuo do bem comum”. Esta teoria, tendo por base o Solidarismo, alicerça-se no fato de as diferentes gerações estarem em dívida umas com as outras. A par, Bourgeois considerava que a solidariedade era o cimbre das sociedades e que, como tal, deveria estar inscrita no ADN racional dos indivíduos, estando implícito um contrato coletivo: o indivíduo, enquanto ser singular, estaria sempre em dívida para com todos os indivíduos, havendo uma mutualização coletiva. Este pacto seria o garante da coesão social, apresentando-se o Estado como coordenador/regulador da justiça social, devendo o indivíduo na relação com o outro procurar o seu bem-estar, bem como o do outro.

Este solidarismo foi em grande parte fator de ignição daquilo que viria a ser o Estado Social. Se inicialmente se institucionalizou tendo por base os seguros sociais do primeiro quartel do séc. XX, com o pós Segunda Guerra Mundial há uma transmutação destes seguros em direção à Universalização, que é consubstanciada com a Declaração dos Direitos Humanos de 1948, que no seu artigo nº 22 adverte para o facto de que “qualquer pessoa . . . tem direito à segurança social”. A Segurança Social surge como uma forma de progresso social (Laroque, 1946) fundada em pressupostos de igualdade, solidariedade e repartição. O relatório de William Beveridge foi impulso para implementar um sistema que visava a redistribuição de rendimentos. Levando posteriormente tal facto à generalização, na

Inglaterra, de um sistema público de proteção. A quantidade de pobres e excluídos é uma forma de monitorização da eficácia de determinado Estado-Providência bem como da sua capacidade em responder às necessidades.

Se a Segurança Social promoveu o recuo do assistencialismo, o neoliberalismo atual é fator desestabilizador na relação entre o crescimento e a solidariedade social, compaginado no desemprego estrutural, no desemprego qualificado e na precariedade laboral. Assiste-se, cada vez mais, a um agudizar de desigualdades, e o estímulo assente na solidariedade que promoveu o movimento das reformas sociais do início do séc. XX deriva, atualmente, em tensões cada vez maiores entre as gerações do topo e da base da pirâmide demográfica.

A Solidariedade e a Ética

Ao imiscuirmo-nos no infinito mundo da ética, teremos sempre que abordar a obra de Aristóteles, nomeadamente a “Ética a Nicómaco”, assente unicamente em raciocínio e lógica. Parece-nos, como tal, imprescindível, ainda que como introdução, abordarmos este filósofo Grego.

Para o autor, as ações dos indivíduos visavam um único fim, o Bem: “está a indicar que ele é melhor do que as coisas a que prodigalizamos louvores — e tais são Deus e o Bem; pois é em relação a eles que todas as outras coisas são julgadas” (Aristóteles, 2009). Assim, existiria um bem supremo que seria meta a atingir pelo homem: a felicidade. Todas as ações emanadas do homem tinham como objetivo a felicidade em si mesmo. A vida seria tanto melhor, quanto maior fosse a busca por essa vida boa. Consequentemente, já que os homens almejam atingir a felicidade, os que a atingem são bons. A felicidade seria atingida baseada na Virtude. O virtuoso pautava os seus julgamentos assentes numa base lógica e racional. A Virtude seria o pêndulo equilibrador entre os extremos, quer fossem do excesso ou do defeito.

Voltando ao conceito de Solidariedade, e tendo por base a nota introdutória, poderemos considerar a Solidariedade um princípio ético de ação individual, todavia, a Solidariedade não se resume a tal, visto que esta se desenvolve dentro da sociedade humana, incorporando até uma formatação existencial. Simultaneamente, é também na sua génese

um valor repassado posteriormente a norma moral, traduzindo aos atores sociais um imperativo de dever.

Poderemos, então, considerar a Solidariedade como um bem que só será atingível através da ação individual de todos os integrantes de uma sociedade. Praticar a solidariedade/ser solidário é um valor em si mesmo, desde que assente numa convicção profunda, estando portanto implícito o cumprimento de um dever e o respeito pelo outro.

Esta crença solidária só poderá ser atingida entre a ação e a reflexão. A solidariedade como valor moral não deverá ser única e exclusivamente apreendida e percebida, terá de ser experimentada. O dever de ser solidário permitirá posteriormente vislumbrar o verdadeiro sentido da ação, que redundará no respeito pelos semelhantes, bem como se traduzirá em algo virtuoso.

“A condição do outro é algo anterior à minha ação, ainda menos ao exercício reflexivo” (Arteta, s.d. cit. por Gonzalo, 1998). Esta condição autointerpela a nossa própria existência e condição. O respeito que o outro nos merece impossibilitará a nossa indiferença e dar-nos-á o impulso do dever agir. O ser solidário demanda perceber o outro, na sua alteridade, como um indivíduo diferente de nós, não transformando a ação em algo que se traduza em proveito material próprio. Desta forma, há que constantemente assumirmos o papel do outro, percecionando a realidade de outra forma.

A solidariedade enquanto ação, incorporando em si um princípio de compaixão, permitirá a penetração no mundo dos mais excluídos, dando a conhecer ao seu praticante os dissabores dos desfavorecidos. Gonzalo (1998) considera que “a compaixão é o eu sentir pela dor do outro, mas não sofrer pela mesma dor”. Deste modo, esta ação afeta o indivíduo com a dor do outro, obrigando-o a agir a um nível individual e até coletivo, sendo foco de mudança em nós e no outro. Com este reconhecimento do outro, há subliminarmente uma desistência do capricho do poder e da dominação sobre o semelhante, bem como a desistência do capricho da submissão e dependência do outro em relação ao eu. Entre o Eu e o Outro há uma edificação mútua, assumindo-se o Entre como dinâmica da ação relacional, tendo por base a reciprocidade. Nesta reciprocidade está intrínseco percebermos o outro como irreduzível, ou seja, o outro apresenta-se com uma identidade própria, não podendo ser assimilado.

Esta forma de abordarmos a solidariedade na sua dimensão ético-valorativa assenta muito nos pressupostos filosóficos de Kant e de Aristóteles. Nesta abordagem o indivíduo obedece ao imperativo categórico do dever. Neste caso, o imperativo categórico assente no dever e no respeito pelo outro vai ao encontro da finalidade da moral aristotélica, também de cariz lógico, e entrelaça-se com ela de um modo quase “parasitário”. Todavia, e obrigatoriamente, qualquer ideia enforma-se numa dimensão dialética e, como tal, parece-nos pertinente dar enfoque ao contrário do que referimos. Iremos utilizar, de modo singelo e humilde, o termo “Anti-Solidariedade”, apenas com o objetivo de enfatizar as diferenças concetuais.

Nietzsche, na sua obra “Humano Demasiado Humano”, fez emergir alguns pressupostos que se poderão adequar à temática. O autor critica profundamente os valores que fundamentam a sociedade ocidental: a moral judaico-cristã instaurou um conjunto de valores norteados pela debilidade (moral dos escravos) e da igualdade (moral do rebanho) que conduzem à renúncia da vida e da existência plena. Na obra “Assim Falava Zaratrustra”, “O homem é algo que deveria ser superado”, impondo-se, tendo por base a busca do poder, fiéis ao seu orgulho, correndo riscos e comportando uma agressividade intrínseca (Nietzsche, 2000).

A Solidariedade e a Bondade eram consideradas valores débeis e inferiores, resultantes da civilização decadente. O Bem era significado de vontade do mais apto, do guerreiro, em suma daquele que excede os limites humanos, e não a representação do homem íntegro e generoso. Este ponto de vista nega, de forma veemente, a dimensão social do homem, elevando a individualidade a um patamar superior, onde a coexistência coletiva seria utópica. A solidariedade como ação era então uma moral dos escravos, assente na dicotomia bem e mal, devendo o indivíduo elevar-se e combater essa dominação moral, e o homem que o conseguisse e ambicionasse, reerguia-se como síntese da relação Senhor Vs Escravo, transmutado em “Super-Homem”.

A moral tradicional protegia os fracos e os excluídos, e virtudes como a solidariedade individual e coletiva, bem como a vida ao serviço dos outros deveriam ser negados. O homem enquanto indivíduo uno deveria desafiar e ultrapassar o contexto individual e colocar-se acima da massa. Qualquer gesto altruísta deveria ser rechaçado, uma vez que o homem deverá viver em total liberdade, e tais gestos inerentes à moral convencional eram

castradores do individualismo e da vontade de poder. De facto, Nietzsche afasta-se de forma abissal dos direitos fundamentais do Homem teorizados por Rousseau ou Kant acerca da felicidade, do bem ou da coexistência social. O individualismo defendido assumia-se anti-humanista e, por conseguinte, amoral.

Outra abordagem à temática advém do Existencialismo, contrariamente a Kant, para Sartre a existência precede a essência. Ou seja, o homem primeiro existe, surge no mundo, e posteriormente define-se. A Solidariedade é uma justificação de dimensão externa para a ação solidária de caráter intencional, esse facto retira do indivíduo toda a liberdade ou consciência ao nível da decisão. A ação ética de solidariedade não deverá ser assente em prescrições de qualquer ordem, devendo ser um ato singular. Nada na natureza humana explícita o que o indivíduo deve ou não fazer, logo não há uma ordem de valores preestabelecidos, alicerçando-se o valor da ação no ato livre. Afirmar que a solidariedade é um valor preestabelecido com o outro, é o mesmo que privar *o eu* do centro da nossa ação, afastando-o da nossa humanidade, através da “divinização” do conceito.

O ato solidário deverá ser interpretado como clara ação consciente e pensada, alicerçado na liberdade do indivíduo, sendo este o único responsável por ele. A consciência intencional da ação de solidariedade advém da própria liberdade do indivíduo e é alicerce da escolha moral, nada se devendo interpor entre motivo e o ato.

Na obra o “Existencialismo é um Humanismo”, Sartre afirma que o Homem está condenado a ser livre, visto que não se criou a si próprio, mas é responsável por todos os seus atos. Consequentemente, não se pode considerar a ação (solidária) boa ou má, sem antes a praticar, confirmar e definir. Assim, independentemente dos quadros axiológicos teológicos ou sociais, a escolha de praticar a solidariedade é subjetiva, em determinado tempo e espaço, e advém de uma intenção assente na consciência e liberdade. Por outras e equivalentes palavras, não há morais convencionais que revelem o que o indivíduo deverá fazer que entronquem numa ação livre, intencional e convicta. “Antes de Viveres, a Vida não é nada” (Sartre, 1990).

Deste modo, não há nenhum determinismo que influencie a nossa ação de solidariedade, devendo o homem atuar em situação, sendo portanto endógena a valoração da ação só após esta ocorrer, que sendo livre e intencional será sempre genuína. Evitando a

superficialidade e a perfidez de que, analogamente, Rousseau acusou a burguesia do séc. XVIII⁵.

A Solidariedade nos Estados modernos

A ascensão dos Estados Democráticos, no contexto do pós segunda Guerra Mundial, vislumbrou de forma clara a elevação do conceito de Solidariedade. É ressaltado com este acontecimento, o surgimento da ideia “Nós”. Tal ideia é encarnada no fortalecimento do conceito de Nação, bem como no reconhecimento da mutualização comunitária entre os seus integrantes, tendo por base um relacionamento solidário. Os alicerces do Estado Social estão assentes, no poder, na economia e na solidariedade. A identidade que emana de uma nação democrática cristaliza-se e mantém-se coeso em consequência da solidariedade.

Habermas (2001), em “A Constelação Pós-Nacional”, refere que após o séc. XIX, as nações cimentam uma nova relação tendo por base a solidariedade. Há, pois, uma elevação e uma mobilização dos indivíduos ao nível político, económico e social, consubstanciada na ideia de “Nós”, bem como no nexos invisível da solidariedade como um acordo/imperativo moral. Simultaneamente, democracia, participação e solidariedade legitimam os Estados contemporâneos, bem como permitem, em sentido dialético, incluir os indivíduos como cidadãos. Será o mesmo que afirmar que os ficcionais privilégios a que os servos aspiravam na época medieval derivaram para os direitos do cidadão do Estado Moderno. A democracia enquanto manifestação de liberdade só o será se o Estado tiver em conta os direitos consagrados dos seus cidadãos ao nível da integração política, económica e social, caso contrário o conceito de solidariedade será algo oco e inócuo.

A solidariedade terá, portanto, uma importância primordial nos Estados Modernos, uma vez que extravasa fronteiras familiares, culturais e sociais. Podemos verificar, na abordagem histórica, que a solidariedade evoluiu de um compromisso moral entre famílias, para um compromisso entre desconhecidos, baseado na consciência do “Nós”. O Nós tendo uma responsabilidade para com o outro e ambos tendo responsabilidade para com o Todo. Será de todo pertinente, em jeito de conclusão, referir o princípio de responsabilidade que Ricouer aborda, em “O Justo ou a Essência de Justiça”, “é pelo Outro que se é considerado

⁵ “A fingida caridade do rico não passa, da sua parte, de mais um luxo; ele alimenta os pobres como cães e cavalos” (Rousseau, s.d.).

responsável. . . . ao tornar-se fonte de moralidade, o Outro é promovido ao estatuto de objeto de cuidado, na medida da fragilidade e vulnerabilidade” (Ricouer, 1995). Tal responsabilidade, assente na solidariedade, permite solidificar a consciência coletiva para a reflexividade em caso de atentados ou desestruturas no plano social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arendt, H. (1997). *O Conceito de Amor em Santo Agostinho*. Lisboa: Editora Piaget.
- Aristóteles. (2009). *Ética a Nicómaco* (3ª ed.). Lisboa: Quetzal Editores.
- Augé, P. (1933). *Larousse du XXe Siècle*. Paris: Maison Larousse.
- Durkheim, E. (2010). *Divisão do Trabalho Social*. São Paulo: Editora WMF.
- Giddens, A. (2005). *Capitalismo e Moderna Teoria Social* (6ª ed.). Lisboa: Editorial Presença.
- Gonzalo, A. (2000). *Cartografía del voluntariado*. Madrid: PPC Editorial y Distribuidora.
- Habermas, J. (2001). *A Constelação Pós-nacional*. São Paulo: Littera Mundi.
- Hegel, F. (1991). *O Sistema da Vida Ética*. Porto: Edições 70.
- Locke, J. (1997). *Carta sobre a Tolerância*. Porto: Edições 70.
- Maquiavel, N. (1997). *O Príncipe*. Mem Martins: Publicações Europa América.
- Mendes, F. (2011). *Segurança Social*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Nietzsche, F. (2000). *Assim Falou Zarathustra*. Mem Martins: Publicações Europa América.
- Nietzsche, F. (2011). *Humano Demasiado Humano*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Ricouer, P. (1995). *O Justo ou a Essência de Justiça*. Lisboa: Editora Piaget.
- Robinson, D. (1999). *Filosofia para Principiantes*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Sartre, J. P. (1990). *O Existencialismo é um Humanismo*. São Paulo: Edições Vozes.
- Cardoso, F. (s.d.). *A influência do relatório Beveridge nas origens do Welfare State (1942-1959)*. Consultado a 03 de Janeiro de 2013. Disponível em <https://uspdigital.usp.br/siicusp/cdOnlineTrabalhoVisualizarResumo?numeroInscricaoTrabalho=207&numeroEdicao=18>

